

IGOR ROCHA SILVA

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS DESTINADOS ÀS
PESSOAS JURÍDICAS NO BRASIL ENTRE 1999 E 2009.**

Monografia apresentada como requisito parcial
à conclusão do Curso de Ciências Econômicas,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Mello Garcias

CURITIBA

2010

TERMO DE APROVAÇÃO

IGOR ROCHA SILVA

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS DESTINADOS ÀS PESSOAS JURÍDICAS NO BRASIL ENTRE 1999 E 2009.

Monografia apresentada e aprovada na matéria de conclusão de Curso, como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Ciência Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:


Prof. Dr. Paulo Mello Garcias

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Prof. Dr. João Basílio Pereima Neto

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR


Prof. Wellington da Silva Pereira

Departamento de Ciências Econômicas, UFPR

Curitiba, junho de 2010.

Aos meus pais José e Maria Rosa e a minha esposa Luciane, pelo apoio em todos os momentos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo incentivo aos estudos desde os primeiros anos escolares e tenham certeza que eles não acabarão por aqui.

Agradeço a minha esposa Luciane que me acompanha desde o momento que adentrei à Universidade e que sempre me apoiou e motivou a continuar estudando.

Aos meus colegas universitários, que por muitas vezes me ajudaram, me fizeram rir ou em outras, em que entramos em discussão sobre a política econômica Brasileira.

Por fim, agradeço ao meu orientador Paulo de Mello Garcias que não mediu esforços para me ajudar, dando sempre valiosas dicas para a realização desta monografia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS DE CAPTAÇÃO PAGAS PELOS BANCOS À PESSOA JURÍDICA	18
GRÁFICO 2 - BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS DE APLICAÇÃO DOS BANCOS, DESTINADAS À PESSOA JURÍDICA.....	19
GRÁFICO 3 - BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE SPREAD BANCÁRIO REFERENTES À PESSOA JURÍDICA.....	24
GRÁFICO 4 - BRASIL - ÍNDICE REAL DAS MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS DE CAPTAÇÃO, APLICAÇÃO, DE SPREAD E IPCA: BASE TERCEIRO TRIMESTRE DE 2000.....	25
GRÁFICO 5 - BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME TOTAL DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, EM TERMOS REAIS. BASE: PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1999.....	27
GRÁFICO 6 - BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE CAPITAL DE GIRO. AS VARIÁVEIS SÃO EM TERMOS REAIS.....	30
GRÁFICO 7 - BRASIL – ÍNDICE DAS MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE CAPITAL DE GIRO. AS VARIÁVEIS SÃO EM TERMOS REAIS. BASE: PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1999.....	31
GRÁFICO 8 - BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE CONTA GARANTIDA. AS VARIÁVEIS SÃO EM TERMOS REAIS.....	32
GRÁFICO 9. BRASIL – ÍNDICE DAS MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS REAIS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE CONTA GARANTIDA. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS. BASE: PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1999.....	34
GRÁFICO 10. BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE AQUISIÇÃO DE BENS. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS.....	35

GRÁFICO 11. BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE AQUISIÇÃO DE BENS. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS. BASE: PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1999.....36

GRÁFICO 12 BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE VENDOR. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS.....37

GRÁFICO 13. BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE VENDOR. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS. BASE: PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1999.....38

GRÁFICO 14. BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE HOT MONEY. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS.....40

GRÁFICO 15. BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE HOT MONEY. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS. BASE: PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1999.....41

GRÁFICO 16. BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE DESCONTO DE DUPLICATAS. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS.....42

GRÁFICO 17. BRASIL – ÍNDICE DAS MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE DESCONTO DE DUPLICATAS. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS. BASE: PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1999.....43

GRÁFICO 18. BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE DESCONTO DE PROMISSÓRIAS. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS.....44

GRÁFICO 19. BRASIL – ÍNDICE DAS MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE DESCONTO DE PROMISSÓRIAS. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS. BASE: PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1999.....45

GRÁFICO 20. BRASIL – PERCENTUAL DO VOLUME DE EMPRÉSTIMOS À PESSOA JURÍDICA, EM TERMOS REAIS.....47

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1 INTRODUÇÃO	01
2 REFERENCIAL TEÓRICO	03
2.1 ESCOLA KEYNESIANA.....	03
2.2 TEORIA DA FIRMA BANCÁRIA	04
2.3 OS RISCOS APRESENTADOS PELA ATIVIDADE BANCÁRIA.....	06
2.3.1 Assimetria de informações e racionamento de crédito.....	07
2.4 SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL E SEUS DETERMINANTES.....	09
2.4.1 Garantias e spread bancário	12
2.5 CONCORRÊNCIA BANCÁRIA NO BRASIL.....	13
3 METODOLOGIA	15
4 A CAPTAÇÃO DE RECURSOS PELO SETOR BANCÁRIO E O CRÉDITO À PESSOA JURÍDICA NO BRASIL – 1999 A 2009	17
4.1 O COMPORTAMENTO DAS TAXAS DE JUROS DE CAPTAÇÃO DESTINADAS ÀS PESSOAS JURÍDICAS	17
4.2 O COMPORTAMENTO DAS TAXAS DE JUROS DE APLICAÇÃO, DESTINADAS ÀS PESSOAS JURÍDICAS.....	19
4.3 O COMPORTAMENTO DAS TAXAS DE SPREAD BANCÁRIO E OS SEUS DETERMINANTES	20
4.3.1 O comportamento do spread bancário	24
4.4 VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS E INFLAÇÃO EM ÍNDICES	25
4.5 VOLUME TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E A MÉDIA DAS TAXAS DE JUROS DAS OPERAÇÕES DESTINADAS À PESSOA JURÍDICA	27
4.6 AS PRINCIPAIS OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DESTINADAS À PESSOA JURÍDICA	29
4.6.1 Capital de Giro.....	30
4.6.2 Conta Garantida.....	32
4.6.3 Aquisição de bens.....	34
4.6.4 Vendor.....	37
4.6.5 Hot Money.....	39
4.6.6 Desconto de Duplicatas	41

4.6.7 Desconto de Promissórias	44
4.7 PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO VOLUME DE EMPRÉSTIMOS DE CADA MODALIDADE DESTINADA À PESSOA JURÍDICA	46
5 CONCLUSÃO	49
6 REFERÊNCIAS BIBLIAGRÁFICAS	53

1 INTRODUÇÃO

O crédito bancário é de suma importância para que haja crescimento da atividade econômica de um país, de forma a permitir que agentes deficitários possam realizar aquisições de bens e consumos, assim como financiar projetos de viabilidade econômica e financeira de empresas.

No Brasil, a principal forma que os agentes econômicos possuem para financiar seus projetos de investimentos é através do crédito bancário, uma vez que a alternativa mercado de capitais no Brasil ainda é pequeno.

Segundo Schumpeter (1911) os mercados financeiros são de extrema importância para o crescimento econômico. Segundo esse autor, os bancos desempenham papel essencial na mobilização de crédito para a inovação tecnológica e para o desenvolvimento econômico, pois com a disponibilidade de crédito ofertada por essas instituições torna-se possível os investimentos de empresários inovadores, dando origem assim às fases ascendentes dos ciclos de desenvolvimento econômico.

Também Gerschenkron (1962), destaca que os bancos têm função fundamental na mobilização da poupança que permite os investimentos industriais, portanto tendo papel ativo no processo de crescimento das economias.

Entretanto, os juros cobrados pelas instituições financeiras brasileiras são altos, e muitas das vezes vêm a se tornar um impedimento na realização dos investimentos.

As discussões em torno do porque das taxas de juros serem elevadas são variadas e para entender as causas, deve-se determinar quais os componentes do spread bancário.

Spread bancário se dá pela diferença entre a taxa de juros que os bancos pagam pela captação de dinheiro e a taxa de juros cobrada pelos empréstimos, tanto de pessoas física quanto de jurídica (BANCO CENTRAL DO BRASIL).

O spread bancário é composto por fatores macroeconômicos e fatores microeconômicos. Os fatores macroeconômicos são o compulsório bancário, a taxa de juros Selic, os tributos e os créditos direcionados. Já os fatores microeconômicos são compostos pela estrutura de mercado em que as instituições bancárias brasileiras estão inseridas pela assimetria de informações, risco moral e taxa de inadimplência.

Neste trabalho, considera-se que os bancos têm influências positivas na formação do spread, ou seja, que o spread é a resposta que os bancos dão aos riscos e condições adversas a que estão expostos. (CARDIM 2006, p.74)

Este trabalho se propõe a avaliar cada um dos componentes do spread bancário, os problemas informacionais como a assimetria de informações, assim como mostrar o comportamento das principais modalidade de empréstimos destinados à pessoa jurídica, ante as variações das taxas de juros, num período compreendido entre 1999 a 2009.

O estudo dos determinantes das taxas de juros cobradas pelos bancos no Brasil, nas modalidades de empréstimos às pessoas jurídicas, justifica-se, pelo fato de ser alto e gerar um grande entrave ao investimento das empresas, e conseqüentemente ao crescimento econômico do país.

Para isso será utilizado como referencial teórico a visão pós-keynesiana e outras novo-keynesianas, assim como dados disponibilizados pelo Banco Central e IBGE, acerca do comportamento das modalidades de empréstimos, ante as variações das taxas de juros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será apresentado todo o embasamento teórico requerido para compreender os temas tratados neste trabalho. A princípio será brevemente exposta a escola econômica keynesiana. Em seguida será apresentada a teoria da firma bancária keynesiana e os riscos apresentados na prática da atividade bancária. Logo após será apresentado o spread bancário e seus determinantes macro e microeconômicos. Por último será apresentado o spread e o crédito no Brasil.

2.1 ESCOLA KEYNESIANA

A teoria Keynesiana tem como seu principal expoente o John Maynard Keynes e que, ao contrário do que apregoava a teoria clássica, não é possível determinar posições de equilíbrio, seja no longo ou curto prazo, sem levar em consideração o comportamento da moeda e da política monetária. Em sua teoria, Keynes afirma que a moeda não é apenas um meio de trocas, mas também como reserva de valor, por ser o bem mais líquido que existe. Desta forma, sua compensação vem em forma de prêmio de liquidez, e não em forma pecuniária. Assim sendo, quanto maior for a incerteza percebida pelos agentes, maior será a retenção de moedas pelos mesmos. A posse de moeda abre possibilidades de opções aos agentes ante a incerteza do futuro. Portanto, a acumulação de moeda e ativos não reprodutíveis são formas de acumulação alternativas à acumulação de bens de capital, e quando há momentos de incerteza é racional investir-se em liquidez. (CARVALHO 2006, p. 46)

Keynes ainda vê a circulação financeira de duas formas: a circulação industrial e a financeira.

A circulação industrial está relacionada com a quantidade de moeda necessária para suportar a engrenagem de bens e serviços produzidos na economia. A quantidade de moeda depende da velocidade que a moeda circula na mão do público.

Existe também a circulação financeira, que inclui a compra de ações, títulos da dívida, entre outros. Neste momento, a moeda não é vista como meio de trocas, mas sim como um ativo financeiro, objeto de retenção dos agentes. Keynes ainda indaga que a moeda é demandada por três motivos:

De transação, para pagamentos de juros, aluguéis, compras, em uma data especificada. Para isso o volume de moeda depende dos hábitos dos agentes, pois são de natureza rotineira.

De precaução, que serve para atender a necessidades inesperadas, para fazer negócios vantajosos, já que a moeda é um ativo seguro e líquido. Keynes simplifica a demanda precaucionária na forma de que a média dos gastos inesperados está relacionada à renda, permitindo dessa forma que os saldos por precaução pudessem ser somados aos saldos por transação no mesmo período.

De especulação, que segundo Keynes é o mais importante, pois é através dele que a política monetária se propaga, através do comportamento futuro da taxa de juros. Desta forma, a demanda por moeda para satisfazer o motivo especulação varia de modo mais ou menos contínuo sob o efeito de alterações graduais na taxa de juros de mercado. (CARVALHO, 2006)

Para entender de que forma os bancos determinam o volume monetário ótimo destinado à concessão de empréstimos, se faz necessário compreender como funciona a firma bancária. Deste modo, no próximo item será apresentada a teoria da firma bancária segundo Keynes.

2.2 TEORIA DA FIRMA BANCÁRIA

As teorias da firma bancária vêm das escolas neoclássica e keynesiana. Tais teorias foram desenvolvidas a fim de solucionar o problema dos bancos quanto à escolha do volume monetário que se destinará à concessão de empréstimos e qual o volume que será destinado ao caixa, com o propósito de manter-se líquido, para que o banco não perca credibilidade. Deste modo, a solução é determinar a

composição ótima entre empréstimos e caixa, assim mantendo o equilíbrio entre a credibilidade e lucratividade. (CARVALHO, 2006)

Nesta monografia será apresentada a visão Keynesiana.

Segundo CARVALHO (2006), a visão Keynesiana ressalta que os ativos bancários não são classificados totalmente em líquidos e ilíquidos, mas assim que todos têm um grau de liquidez diferente e os bancos procurarão compor suas carteiras de tal forma a atingir um equilíbrio entre a rentabilidade e liquidez. Quando o banco forma sua carteira visando a emprestar a seus clientes, o mesmo cobrará taxa de juros mais elevada para obter maior rentabilidade, já que o ativo é menos líquido, pois os recursos emprestados estarão indisponíveis até a data contratada, submetendo-se a maiores riscos. Já os empréstimos de curto prazo, como aquisição de títulos públicos ou privados, oferecem maior liquidez, com menor rentabilidade, uma vez que apresentam riscos menores.

Para a formação das carteiras, os bancos financiam-se através de depósitos à vista e depósitos à prazo. Os depósitos à vista exigem que o banco aplique os recursos em ativos de maior liquidez, já que podem ser sacados a qualquer momento. Os depósitos à prazo viabilizam ao banco uma composição de carteira mais rentável e ilíquida, pelo fato de que o depositante tem que manter seus dinheiros em poder do banco por um tempo pré-determinado. (CARVALHO, 2006)

A oferta de crédito, dependendo da sinalização da política monetária em vigor, influenciará na escolha que os bancos fizerem a respeito da composição de seus portfólios, conciliando os diferentes graus da liquidez de seus ativos. A alocação dos recursos dos bancos depende do nível de incerteza, que aflige a economia.

Segundo DE PAULA (1999 p. 176), num cenário onde há muita incerteza, certamente os bancos vão preferir liquidez à rentabilidade. A avaliação do cenário econômico é que determinará qual o volume de empréstimos que serão concedidos e suas respectivas de taxas de juros.

Na visão Keynesiana, o Banco Central tem o controle da quantidade de crédito ofertado no sistema financeiro. Já em uma visão pós-Keynesiana, o Banco Central tem o controle indireto de quantidade de créditos ofertado, uma vez que os bancos com suas inovações tecnológicas procuram influenciar a preferência dos agentes, objetivando obter um volume maior de captação de recursos e desta forma, ampliar sua capacidade de oferta de crédito. Isso ocorre porque os bancos emitem títulos de dívida para atrair recursos, podendo assim gerenciar melhor seus passivos e ativos. (CARVALHO, 2006)

2.3 OS RISCOS APRESENTADOS PELA ATIVIDADE BANCÁRIA

Para CARVALHO (2006), os riscos da atividade bancária provêm de fatores microeconômicos devido às incertezas quanto ao futuro. Esses riscos são: riscos de créditos, riscos de taxas de juros e riscos de liquidez.

O risco de crédito é aquele que está relacionado com a inadimplência, ou seja, o grau de capacidade do tomador de recursos em pagar suas dívidas. Para minimizá-lo, os bancos analisam os projetos de seus clientes a fim de saber se são viáveis, se a conjuntura econômica é favorável e se as garantias são plausíveis.

Se a análise desses fatores feita pelo banco não forem confiáveis, o banco prefere não emprestar e estar líquido. Para isso o banco deve ter boa administração de sua carteira, obtendo garantias, fazendo uma profunda análise de cadastro dos tomadores e, sobretudo, procurar conhecer as características das atividades em que o tomador vai aplicar os empréstimos. (CARVALHO, 2006)

Segundo CARVALHO (2006) o risco de liquidez é aquele causado pelo descasamento existente entre prazo das operações passivas e das operações ativas.

Quando os bancos optam para uma maior rentabilidade, os prazos dos empréstimos serão longos e desta forma podem ocorrer problemas de liquidez e gerar desconfiança nos agentes quanto à capacidade dos bancos em cumprirem com seus compromissos. Uma alternativa a esse problema é a venda de títulos no

mercado secundário. Em último caso, a opção de banco é se socorrer do prestador de última instância, o Banco Central, o que acarreta em um custo alto, devido às taxas de juros cobradas.

O risco de taxa de juros é aquele que o banco pode se deparar quando houver um aumento de custos na captação de recursos e o banco não pode repassá-los aos empréstimos feitos, sobretudo aos negociados com taxas de juros fixa, o que pode acarretar em menos lucros para a instituição bancária. Para que estes riscos sejam amenizados, a solução é a instituição procurar manter equilibrados os prazos de suas aplicações e obrigações, a fim de diminuir as possibilidades de se auferir lucros menores. (CARVALHO, 2006)

2.3.1 Assimetria de informações e racionamento de crédito

Os mercados financeiros atuam de forma diferenciada em relação aos mercados de bens e de serviços, pois envolve tempo (em geral, promessas de pagamento futuro), o que contribui para tornar esses mercados particularmente sensíveis a problemas de assimetria de informações entre os agentes econômicos.

CARVALHO (2006, p. 74) afirma:

O ponto de partida desta abordagem, conhecida como teoria do racionamento do crédito, sob o ponto de vista novo-keynesiano, é analisar por que o mercado de crédito não funciona como um mercado competitivo de bens e serviços, onde os desajustes entre oferta e demanda são “resolvidos” através de movimento do preço das mercadorias. Ou seja, por que a taxa de juros cobrada nas operações de crédito não se comporta como o preço de uma mercadoria qualquer, se elevando sempre que a demanda pela mesma aumenta?

A resposta é que existem assimetrias de informações nos mercados financeiros, porque um agente não sabe o suficiente sobre o outro participante para tomar uma decisão precisa com respeito à transação. Normalmente um tomador de empréstimo tem uma informação melhor que o prestador sobre os retornos potenciais e os riscos associados aos projetos de investimento para o qual os fundos são alocados. Esta influência ou assimetria de informações pode afetar o comportamento de cada tomador individual (risco moral) ou o grau de risco do conjunto de tomadores de crédito (seleção adversa), gerando um racionamento de crédito, situação em que os prestadores se recusam a fazer empréstimos mesmo que os tomadores estejam dispostos a pagar a taxa de juros estabelecida ou mesmo uma taxa maior.

Desta forma, a assimetria de informações pode acarretar um mau funcionamento do mercado de crédito antes ou depois da transação ser realizada. O mau funcionamento pode ocorrer antes que a transação aconteça, chamada seleção adversa. Isso ocorre porque o banco não consegue distinguir precisamente quais

são os bons e os maus pagadores. Os bons pagadores não emprestarão com uma taxa acima do esperado e, portanto, os maus pagadores que vão demandar crédito e que são normalmente selecionados. Quanto maior a taxa de juros que um tomador está disposto a pagar maior é o risco que a operação incorre, já que o tomador honesto não está disposto a pagar tão elevadas taxas de juros, porque muito provavelmente seus investimentos teriam retornos negativos. (CARVALHO 2006, p. 74)

Sobre isso CARVALHO (2006, p. 74) afirma que "... dado que a característica dos tomadores individuais e seus projetos não podem ser devidamente identificados *a priori*, pode ser uma boa política para o prestador (um banco, por exemplo) estabelecer a taxa de juros de empréstimo abaixo da taxa de equilíbrio do mercado, e, ao mesmo tempo, racionar o crédito, mesmo que existam bons tomadores no mercado."

Há também o caso em que a assimetria de informações ocorra depois da transação ser realizada, chamada de risco moral. Para CARVALHO (2006, p. 74), isso ocorre porque os tomadores escolhem realizar projetos ainda mais arriscados quando pagam taxas de juros maiores, desta forma diminuindo a probabilidade de que os empréstimos serão saldados.

Os problemas causados pelo risco moral e pela seleção adversa geram um mau funcionamento dos mercados financeiros, trazendo racionamento de crédito que podem se apresentar de duas maneiras:

A primeira ocorre quando um prestador recusa-se a emprestar a qualquer taxa de juros a um tomador, mesmo que este esteja disposto a pagar taxas de juros elevadas, pelo fato de que taxas de juros maiores atraem cada vez mais tomadores potenciais com risco de crédito elevado e afastando cada vez mais os tomadores com riscos de crédito baixos. Portanto quanto mais o tomador eleva as taxas de juros de empréstimos, pior fica a seleção adversa. Então é preferível não fazer empréstimos com elevados riscos. (CARVALHO, 2006)

A segunda se dá quando um prestador empresta, mas restringe-o a um tamanho menor que o tomador gostaria. Isso ocorre porque se houvesse um

empréstimo maior, maior seria a probabilidade de ocorrer risco moral. Quando os tomadores emprestam pequenas quantias, normalmente a tendência é de saldá-la. (CARVALHO 2006, p. 75)

2.4 SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL E SEUS DETERMINANTES.

O crédito bancário no Brasil é de suma importância, já que é a principal forma que os agentes econômicos têm para financiar seus projetos de investimento, uma vez que a alternativa mercado de Capitais no Brasil é ainda pequena e incipiente.

Para entender-se as taxas de juros cobradas pelos bancos, se faz necessário analisar o spread bancário brasileiro.

O spread bancário é definido como sendo a diferença entre as taxas de juros cobrados pelas instituições financeiras nos empréstimos e as taxas de juros pagas na captação de recursos. (CARVALHO, 2006)

No caso das captações feitas pelos bancos, a taxa de juros determinada pelo Banco Central, é utilizada como referência na maioria dos fundos de investimentos e renda fixa, já que grande parte desses fundos são constituídos de títulos públicos, que são indexados à taxa Selic. Quanto maiores as aplicações, mais tendem a serem as taxas de captações.

Segundo o Banco Central do Brasil, a decomposição de spread é oriunda da inadimplência, dos custos tributários (impostos diretos e indiretos) e administrativos, do custo do compulsório bancário, do custo do fundo garantidor de crédito (FGC) e outra variável, que entre outros fatores, considera os lucros dos bancos.

Para FORTUNA (2002), a inadimplência e os custos administrativos são componentes internos que as instituições financeiras levam em consideração para formar as taxas de juros dos empréstimos.

Esses componentes são os custos que os bancos têm para captar recursos, seja estes à vista, a prazo ou de outras formas, custos operacionais com

manutenção de edifícios, informatização de sistemas, a margem de lucro desejada, nível de capitalização das captações, os riscos associados à atividade, sua participação no mercado, os níveis de inadimplência e as características de cada tomador de empréstimos.

A Cunha fiscal, segundo FORTUNA (2002), é um componente externo aos bancos, na formação das taxas de juros dos empréstimos. Quanto maior a cunha fiscal, maior serão as taxas de empréstimos. Os instrumentos de política monetária como os depósitos compulsórios e o fundo garantido de crédito, também são componentes da cunha fiscal. Os tributos cobrados sobre operações financeiras são: IOF, PIS e Confins.

O compulsório bancário é um instrumento de política monetária que obriga os bancos a manterem um percentual de seus depósitos na forma de reservas, junto ao Banco Central.

O fundo garantidor de crédito é um depósito feito pelos bancos, exigido pelo Banco Central com a finalidade prevenir dificuldades de liquidez de alguma instituição financeira em momentos de dificuldades.

A forma com que foi conduzida a política monetária após a implantação do plano real tem que ser levada em consideração para poder entender o comportamento do spread no Brasil, pois o spread depende de fatores como estabilidade macroeconômica e fatores microeconômicos, como assimetria de informações, transparência e concorrência no setor bancário e reformas institucionais e jurídicas econômicas (CARVALHO, 2006).

A política teve grandes mudanças desde a implantação do Real até nossos dias. Na implantação a política econômica era o regime cambial, cuja finalidade era controlar a inflação e que a partir de 1999, devido a vulnerabilidade externa causada principalmente pela crise russa, foi adotado no Brasil o regime de metas de inflação. Tal regime caracteriza-se pelo estabelecimento de metas de inflação, com base em índices, que no Brasil é o IPCA (índice de preços ao consumidor), calculado pelo IBGE. No regime de metas de inflação é política monetária utilizada

como ferramenta de controle da inflação, e este é o único objetivo da política. (CARVALHO, 2006)

Segundo o Banco Central, o regime de metas de inflação contribui para a redução das incertezas macroeconômicas e manter a inflação sob controle, principalmente em eventos como a crise que aconteceu na Argentina, o atentado terrorista nos EUA e a sucessão presidencial em 2002. Nestes momentos de dificuldades o Banco Central elevou a taxa de juros SELIC. (BANCO CENTRAL DO BRASIL)

Um dos efeitos que a taxa Selic influencia o spread é o fato de que os títulos públicos são renumerados pela Selic. Apesar de serem bem menores que as taxas pagas pelos tomadores, constituem alternativa de aplicação para os bancos, já que apresentam maior liquidez e menores riscos. Desta forma, quando o cenário econômico não for próprio para empréstimos, devido à elevação dos riscos, os bancos, sendo agentes avessos ao risco, aplicarão grande parte de seus recursos nesses títulos e a parte emprestável será com taxa de juros mais elevadas. (OREIRO 2005, p. 350)

Além disso, a taxa Selic pode afetar o spread porque há regularmente necessidades de variar esta taxa para se alcançar as metas de inflação, o financiamento da dívida pública, das necessidades de atração de capitais internacionais e para financiar o déficit em transações correntes. Quando os juros se elevam, a demanda por empréstimos reduz. Desta forma os bancos adquirem maior liquidez e precisam realocar seus recursos. Fazendo isso, podem vir a precisar refinanciamento quando ocorrer uma demanda por empréstimos maior que suas reservas, o que os leva a emprestar de outros bancos, com uma taxa, às vezes, mais elevadas. (OREIRO 2005, p. 350)

Quando os juros Selic se elevam, aumentam-se os riscos, pela maior dificuldade de previsão quanto ao retorno dos empréstimos. Com isso, o spread aumenta, visando cobrir possíveis perdas referentes a empréstimos não pagos. (OREIRO 2005, p. 350)

Já as questões microeconômicas apontadas como primordiais pelo Banco Central é a melhora das informações cadastrais dos clientes, sendo um sistema eficiente de cobrança de crédito e execução de garantias.

Através das informações cadastrais, os bancos conseguem informações preciosas sobre seus clientes, como comportamento e histórico de restrições cadastrais. Essas informações determinam qual é o grau risco que o banco pode correr ao realizar uma operação de crédito a um determinado cliente.

2.4.1 Garantias e spread bancário

FORTUNA (2007) destaca que quanto maior for a operação e o prazo, maior será maior será o risco. Quanto maior o risco, maior será a taxa de juros. Ao passo que quanto mais seguras as operações, menor será a taxa cobrada. A garantia é uma forma de o cliente dividir com o banco os riscos da operação.

As garantias tendem a diminuir os riscos das operações, porque diminuem a perda do banco no caso do não pagamento dos empréstimos e diminui o risco moral, pois o tomador não irá tomar decisões arriscadas, pelo fato de poder perder o bem que garante a operação. Além disso, podem também diminuir a seleção adversa, pelo fato que ao ser exigida garantia, selecionam-se clientes com riscos mais baixos, podendo assim oferecer transações com taxas de juros menores. (FORTUNA, 2007)

As garantias fidejussórias são garantias não reais representadas pelo aval e pela fiança. As não fidejussórias são as reais representadas pela seção de direito, caução, penhor, alienação fiduciária e hipoteca.

A diferença entre as garantias é que na fidejussória outro agente garante o crédito do tomador, enquanto nas não fidejussórias o tomador tem posse de um bem e dá como garantia. Mas, de acordo com o Banco Central, nem sempre as garantias garantem taxas de juros menores, devido às dificuldades em sua recuperação, pelo fato de existirem problemas ligados à legislação e a forma que o

poder judiciário atua. Desta forma, as garantias às vezes não têm o impacto desejado para baixar as taxas de juros, tornando-se apenas um entrave ao acesso do crédito.

2.5 CONCORRÊNCIA BANCÁRIA NO BRASIL

Neste item considera-se que os bancos têm autonomia na fixação das taxas de juros de captação e aplicação. Mas não são totalmente independentes, pois as taxas de juros são condicionadas a fatores macroeconômicos e os bancos dependem da estrutura do mercado em que operam.

Para CARVALHO (2006), o setor bancário brasileiro é altamente concentrado, porém com uma competição oligopolística, onde a disputa por mercado se dá pela diferenciação do produto, e não via preços, e que, em partes, explica as altas taxas de spread.

O oligopólio, segundo NAKAME (2003) é determinado por fatores como barreiras à entrada, ou seja, custos muito elevados para entrar no mercado, número pequeno de empresas e concorrência limitada.

Mas segundo NAKAME (2003), a concentração do mercado de crédito brasileiro não difere muito das observadas no mercado internacionais e, para ele, não parece ser a razão para o país ter um dos maiores spreads do mundo.

Para NAKAME (2003) os bancos brasileiros detém certo poder sobre os clientes na forma em que são conduzidas as informações cadastrais, ou seja, é difícil um cliente se mover entre os bancos por falta de portabilidade de informações entre os bancos, o que acaba gerando custos enormes de transferência.

Quando um cliente abre uma conta em um banco, ele será fiel, pois terá somente acesso aos produtos do banco. Isso abre margem para que o banco ofereça vantagem somente quando queiram atrair novos clientes, não tendo estímulos para concorrência após a abertura da conta.

FRIEDMAN (2003) destaca algumas medidas que podem reduzir o poder de mercado dos bancos, como impor às instituições financeiras o fornecimento a seus clientes suas informações cadastrais, como dados cadastrais e o histórico das operações de crédito. Outra medida é a transferência das operações bancárias, para possibilitar maior acesso da população nas taxas de juros cobradas pelo banco.

3 METODOLOGIA

Capítulo 2: Neste capítulo realiza-se uma revisão bibliográfica que compreende todo o embasamento teórico requerido por esta monografia. Para isso, será brevemente apresentada a escola econômica keynesiana utilizada como referência, assim como as teoria da firma bancária e os riscos apresentados na prática desta atividade. Os principais pontos a serem abordados são a liquidez, a lucratividade, a credibilidade, a formação de carteira, a quantidade de crédito ofertado, os riscos que a atividade bancária sofre – riscos de crédito, risco de taxa de juros e risco de liquidez – além da assimetria de informações, que é a geradora de problemas como o risco moral e seleção adversa. Logo após será apresentado o conceito de spread bancário brasileiro e seus determinantes macro e microeconômicos, verificando quais as suas implicações sobre o crédito. Serão também apresentadas as garantias existentes em operações financeiras com o intuito de diminuir os riscos e conseqüentemente as taxas de juros. Por último será definido qual o tipo de mercado em que as instituições financeiras brasileiras operam.

Capítulo 3: Neste capítulo será feita a análise entre as taxas de captação dos recursos pelos bancos e as taxas de aplicação, de maneira a avaliar a evolução do spread bancário. Também será demonstrada a decomposição do spread e qual a participação percentual que cada componente detém nesta decomposição.

A seguir será mostrado, através de análises de gráficos, o comportamento das taxas de aplicação, captação e spread bancário, destinadas às pessoas jurídicas.

As taxas de aplicação que serão demonstradas são as taxas de juros cobradas pelos bancos ao realizarem empréstimos destinados à pessoa jurídica. As de captação são as taxas de juros pagas a quem empresta suas reservas monetárias ao banco, que para esta análise considera-se somente as pessoas jurídicas. Por último, tem-se as taxas de spread. O spread é composto por uma série

de fatores que o determinam. Entre eles estão os custos administrativos, taxa de lucro, impostos, compulsório bancário, risco e taxa de lucro do banco.

Logo após, serão analisadas as principais operações de empréstimos disponibilizadas para a pessoa jurídica. São elas: capital de giro, conta garantida, aquisição de bens, vendor, hot money, desconto de duplicatas e desconto de promissórias. Tais análises têm a finalidade de observar a evolução das taxas de juros de empréstimos ao ano e suas implicações no volume de empréstimos. Todos os dados apresentados nesta monografia são médias trimestrais, apresentados em termos reais, ou seja, é retirada a taxa de inflação dos dados nominais. Tais dados foram retirados do Banco Central do Brasil, em séries mensais que foram transformados em médias trimestrais para facilitar a exposição. O índice de inflação utilizado para o deflacionamento dos dados foi o IPCA, também em séries mensais transformados em trimestrais, disponibilizado pelo IGBE.

No primeiro momento serão analisadas as modalidades de empréstimos e seu comportamento ante as variações dos juros e volume de empréstimo. Em seguida serão fixadas as taxas de juros e volume de empréstimos no primeiro trimestre de 1999 como base 100 e serão analisadas a evolução desses índices no período compreendido entre o primeiro trimestre de 1999 e o final de 2009. Por último, será analisada a evolução percentual das modalidades. Para isso, foi identificado o volume total de empréstimos e suas variações durante todo o período, em comparação com o volume de cada uma das operações destinadas à pessoa jurídica, e suas variações, no período analisado, que é do primeiro trimestre de 1999 ao quarto de 2009.

4 ANÁLISE DA CAPTAÇÃO, APLICAÇÃO E SPREAD NO SEGMENTO DA PESSOA JURÍDICA NO BRASIL, NO PERÍODO DE 1999 A 2009

Neste capítulo serão demonstrados gráficos que auxiliarão nas análises da evolução das operações de empréstimos à pessoa jurídica realizadas no Brasil.

O objetivo é descobrir como se deu a evolução das taxas de juros das operações de captação pelos bancos e os empréstimos para pessoas jurídicas e suas implicações no volume de empréstimos.

Inicialmente será feita a análise entre as taxas de captação dos recursos pelos bancos e as taxas de aplicação, ou seja, as taxas de empréstimos, de maneira a avaliar a evolução do spread bancário. Também será demonstrada a decomposição do spread e qual a participação percentual que cada componente detém nesta decomposição.

Logo após, serão analisadas as principais operações de empréstimos disponibilizadas para a pessoa jurídica. São elas: capital de giro, conta garantida, aquisição de bens, vendor, hot money, desconto de duplicatas e desconto de promissórias. Tais análises têm a finalidade de observar a evolução das taxas de juros de empréstimos ao ano e suas implicações no volume de empréstimos.

Os dados compreendem o intervalo de tempo entre julho de 2000 até ao final do ano de 2009, em séries trimestrais.

4.1 O COMPORTAMENTO DAS TAXAS DE JUROS DE CAPTAÇÃO.

O gráfico 1 mostra, no período analisado, a relação entre as taxas de captação em termos nominais, reais e a inflação.

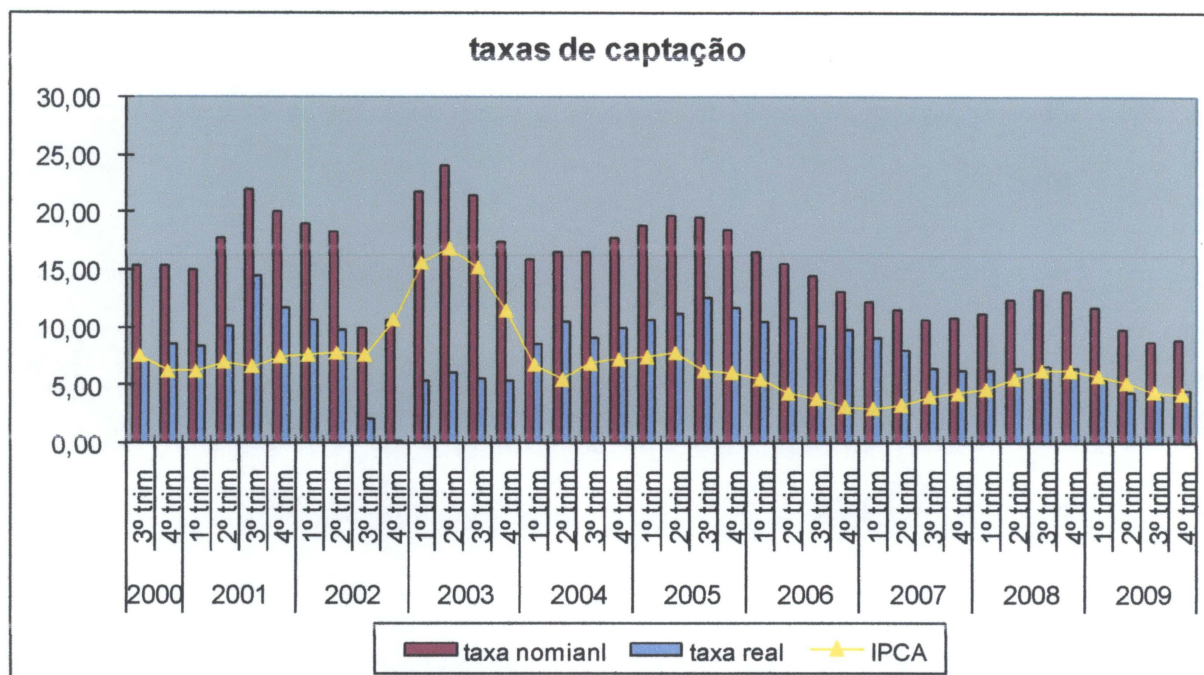


GRÁFICO 1 - BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS DE CAPTAÇÃO PAGAS PELOS BANCOS À PESSOA JURÍDICA.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

O gráfico revela que a média das taxas de captação relacionadas à pessoa jurídica, inicia no terceiro trimestre de 2000, em 15,30% ao ano em termos nominais, em 7,20% em termos reais, com a inflação registrando 7,56% ao ano. Em uma análise mais detalhada, observa-se que há uma grande oscilação das taxas durante o período, tanto real quanto nominal, com pico na taxa nominal no terceiro trimestre de 2001, onde essas taxas encontravam-se em 21,98% ao ano. O pico da inflação ocorre no terceiro trimestre de 2003, com 16,86% ao ano. O gráfico revela que a partir do momento em que a inflação se eleva até o seu pico, os juros reais retrocedem, chegando a 0,05% ao ano no quarto trimestre de 2000, fazendo com que as taxas de juros reais e nominais se afastem. No segundo trimestre de 2003, foi registrado a maior distância entre juros nominal e real, quando apresentaram variações de 24% e 6,11% ao ano respectivamente. A partir deste momento a inflação apresentou forte queda, permitindo com isso que a taxa de juros real e nominal tornassem próximas. De 2004 em diante as oscilações das taxas de juros reais e nominais tendem a realizar o mesmo movimento, ou seja, quando há queda em uma, há também na outra. O mesmo ocorre quando estão em alta. A partir do final de 2008, existe uma convergência entre juros reais e inflação, até ao final de

final de 2008, existe uma convergência entre juros reais e inflação, até ao final de 2009, instante em que os juros nominais estão em 8,86% ao ano e os juros reais em 4,44% ao ano.

4.2 O COMPORTAMENTO DAS TAXAS DE JUROS DE APLICAÇÃO DESTINADAS ÀS PESSOAS JURÍDICAS.

No gráfico 2, será visto, no período analisado, qual a relação entre as taxas de aplicação em termos nominais, reais e a inflação.

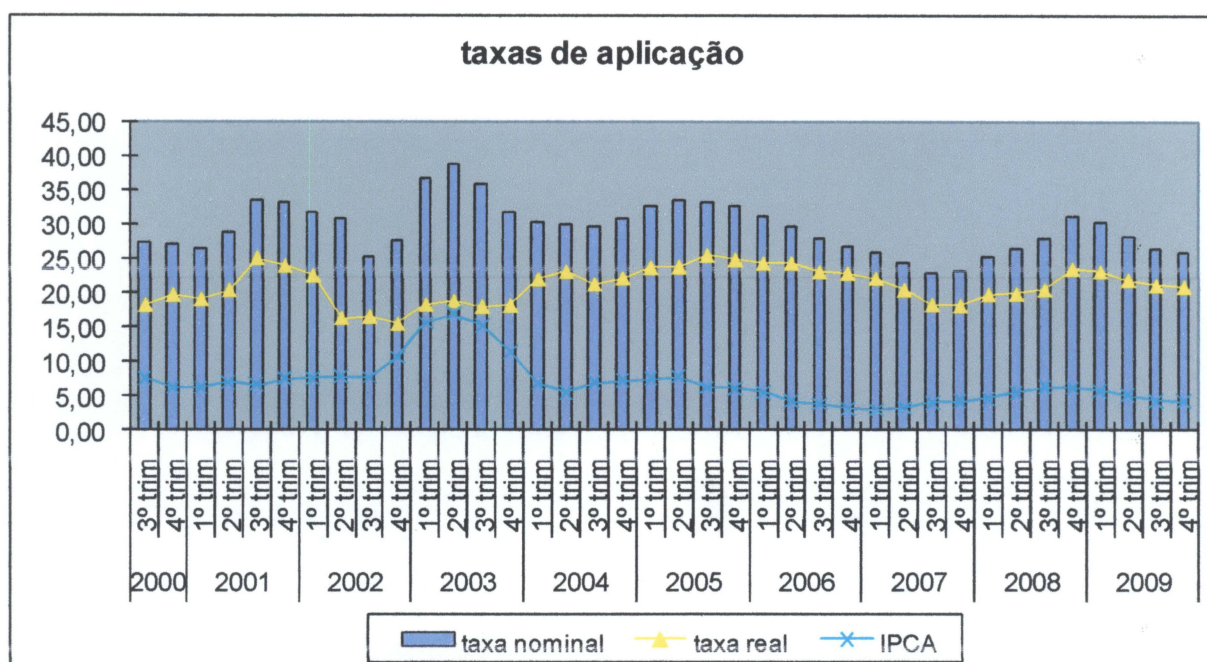


GRAFICO 2 - BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS DE APLICAÇÃO DOS BANCOS, DESTINADAS À PESSOA JURÍDICA.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

O gráfico 2 revela que a média das taxas de aplicação relacionadas à pessoa jurídica, inicia no terceiro trimestre de 2000, em 27,22% ao ano em termos nominais, em 18,28% em termos reais e com a inflação registrando 7,56% ao ano. Em uma análise mais profunda, observa-se que há uma tendência de alta nas taxas de juros, tanto na real quanto na nominal, como pico na taxa nominal no segundo trimestre de 2003, onde as taxas encontravam-se a 38,86% ao ano, com uma inflação também em pico, com 16,86% ao ano. Essas variações fazem com que as taxas de juros

reais e nominais se afastem, ou seja, neste momento, por mais que as taxas de juros nominais tenham se elevado, por conta da inflação que também aumenta em um ritmo acelerado, as taxas de juros reais estão num momento de baixa. A partir daí a inflação apresentou forte queda, permitindo que as taxas de juros real e nominal tornassem próximas, com oscilações simétricas. Ao final de 2009, os juros nominais estão em 25,99% ao ano e os juros reais em 20,88% ao ano.

4.3 O COMPORTAMENTO DAS TAXAS DE SPREAD BANCÁRIO E OS SEUS DETERMINANTES

A seguir será demonstrada a tabela em que revela os determinantes do spread bancário, assim como a participação percentual de cada um dos componentes. Logo após será analisado o comportamento das taxas de spread bancário cobrados pelos bancos em empréstimos destinados às pessoas jurídicas.

A tabela revela uma síntese da decomposição do spread bancário para o sistema financeiro como um todo, apresentado pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil.

Nela está representada a metodologia antiga e a nova, utilizadas para definir os parâmetros dos cálculos.

A diferença entre a metodologia antiga e nova é que a segunda isola a parcela referente aos créditos direcionados e introduz aperfeiçoamentos na mensuração dos efeitos do recolhimento do compulsório bancário e dos impostos indiretos sobre o spread.

Antes da análise percentual dos componentes do spread, serão apresentados cada um deles.

O custo administrativo corresponde à parcela do spread bancário destinada às despesas com a manutenção do processo produtivo das instituições financeiras, como salários, honorários, treinamentos, encargos e benefícios. Também à

utilização de recursos operacionais, como água, energia, vigilância, transportes, entre outros.

A inadimplência corresponde à estimativa de perdas esperadas em virtude do não pagamento por parte dos tomadores de empréstimos.

Componentes	Média 2001 – 2008		Média 2007 – 2008	
	Antiga	Nova	Antiga	Nova
1. Spread Total	100,00	100,00	100,00	100,00
2. Custo Administrativo	14,69	17,94	14,00	14,25
3. Inadimplência	35,73	31,94	37,73	33,15
4. Custo de Direcionamento (compulsório+subsídio cruzado)	5,60	3,85	2,50	1,90
5. Encargos Fiscais e FGC	7,80	4,29	8,20	3,76
Impostos	7,52	3,16	8,08	3,10
Custo do FGC	0,28	1,13	0,12	0,65
6. Margem Bruta, Erros e Omissões (1-2-3-4-5)	36,18	41,98	37,34	46,94
7. Impostos Diretos	10,67	14,82	11,00	17,62
8. Margem Líquida, Erros e Omissões (6-7)	25,50	27,16	26,35	29,32

TABELA 1 - BRASIL – DECOMPOSIÇÃO DO SPREAD BANCÁRIO – METODOLOGIAS ANTIGA E NOVA.

FONTE: BCB – DEPARTAMENTO ECONÔMICO (DEPEP)

O custo do compulsório é o custo de oportunidade que o banco tem em não emprestar o dinheiro para deixar retido junto ao Banco Central.

Os tributos e taxas são compostos por impostos indiretos e o custo do Fundo Garantidor de Crédito, que é um fundo de reserva em que o Banco Central determina aos bancos a fim de garantir liquidez e segurança entre si, evitando assim quebra de bancos.

Resíduo Bruto é o que sobra depois de tirar todas as variáveis, menos os impostos diretos, ou seja, o lucro bruto.

Os tributos diretos são aqueles cobrados diretamente do contribuinte, como por exemplo, o imposto de renda.

Resíduo líquido é o que sobra depois de tirar todos os componentes do spread, ou seja, o lucro líquido da instituição financeira.

A tabela de decomposição do spread bancário revela o percentual de cada componente do spread, assim como as diferenças entre a metodologia antiga e a nova, em uma média de 2001 à 2008 e outra média que compreende 2007 e 2008.

Primeiramente serão analisadas a metodologia antiga e a nova da média compreendida entre 2001 e 2008 e em seguida a média correspondente a 2007 e 2008.

Na média que compreende 2001 a 2008, o custo administrativo corresponde a 14,69% do spread total na metodologia antiga e 17,94% na nova. A inadimplência fica com 35,73% na metodologia antiga, enquanto que na nova atinge 31,94%. O custo de direcionamento atinge 5,60% na primeira e 3,85% na última. Os encargos fiscais e o fundo garantidor de crédito somam 7,80% na antiga e 4,29% na nova. Os impostos ficam com 7,52% na antiga e com 3,16% na nova, enquanto que o custo do fundo garantidor de crédito soma 0,28% na metodologia antiga e 1,13% na nova. O lucro bruto mais erros e emissões correspondem a 36,18% na metodologia antiga, enquanto que na nova passa a ser 41,98%. Os impostos diretos detêm 10,67% do total do spread na metodologia antiga e na nova detêm 14,82%. Finalmente o lucro líquido mais erros e omissões atingem 25,50% na metodologia antiga e 27,16% na metodologia nova.

Na média que compreende 2007 e 2008, da decomposição do spread, elaborada pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil, o custo administrativo corresponde a 14,22% do total do spread bancário na metodologia antiga e 14,25% na nova. A inadimplência fica com 37,73% na metodologia antiga, enquanto que na nova atinge 33,15%. O custo de direcionamento atinge 2,50% na primeira e 1,90% na última. Os encargos fiscais e o fundo garantidor de crédito somam 8,20% na antiga e 3,76% na nova. Os impostos ficam com 8,08% na antiga e com 3,10% na nova, enquanto que o custo do fundo garantidor de crédito soma 0,12% na metodologia antiga e 0,65% na nova. O lucro bruto mais erros e emissões correspondem a 37,34% na metodologia antiga, enquanto que na nova passa a ser

46,94%. Os impostos diretos detém 11,00% do total do spread na metodologia antiga e na nova detém 17,62%. Finalmente o lucro líquido mais erros e omissões atingem 26,35% na metodologia antiga e 29,32% na metodologia nova.

A conclusão que se tem ao verificar os dados expostos na tabela é de que a inadimplência é o componente mais caro do spread bancário. Tal componente corresponde a mais de um terço da taxa de spread. Segundo os dados apresentados na tabela, os custos de inadimplência tiveram uma leve alta no período analisado. Tal informação é contrária às apresentadas na teoria apresentada no capítulo anterior, em que dizia que nos momentos de estabilidade econômica, onde as taxas de inflação estão sob controle e as taxas de juros Selic estão em queda, os riscos inerentes das operações de empréstimos tendem a cair. Desta forma, o resultado esperado era que os custos de inadimplência deveriam cair e não subir, como foi apresentado na tabela.

O percentual do custo administrativo que corresponde a cerca de 14,25% do spread está em uma tendência de pequena baixa, assim como o custo de direcionamento e o custo do fundo garantidor de crédito. O motivo para que os custos administrativos cair é devido as tecnologias implantadas que aumentam a produtividade do trabalho, assim como equipamentos modernos reduzem também custos de manutenção, energia entre outros.

Os custos de direcionamento e o custo do fundo garantidor de crédito é a política do Banco Central que controla, a fim de desonerar os custos de empréstimos.

Os impostos mantiveram quase que estáveis, na casa dos 8,00% na metodologia antiga e em 3,10% na metodologia nova. Já os impostos diretos tiveram tendência de alta, chegando a patamares de 17,62% na metodologia nova.

Por último, apresenta-se a margem de lucro líquido mais erros e omissões. Na média de 2007 e 2008 a tabela mostra que tal componente do spread têm obtido altas, chegando metodologia nova a 29,32% do total do spread bancário, apesar de existirem pressões do governo e da sociedade, principalmente a empresarial, para que as taxas de juros de empréstimos baixem.

A teoria apresentada neste trabalho demonstra que a inadimplência e os custos administrativos são custos internos dos bancos e a cunha fiscal, assim como o compulsório bancário e o fundo garantidor de crédito são componentes externos dos bancos, pois o controle destes fica a cargo do Banco Central.

4.3.1 O comportamento do spread bancário

O gráfico 3, analisa qual a relação entre as taxas de spread em termos nominais, reais e a inflação, no período compreendido entre 1999 e 2009.

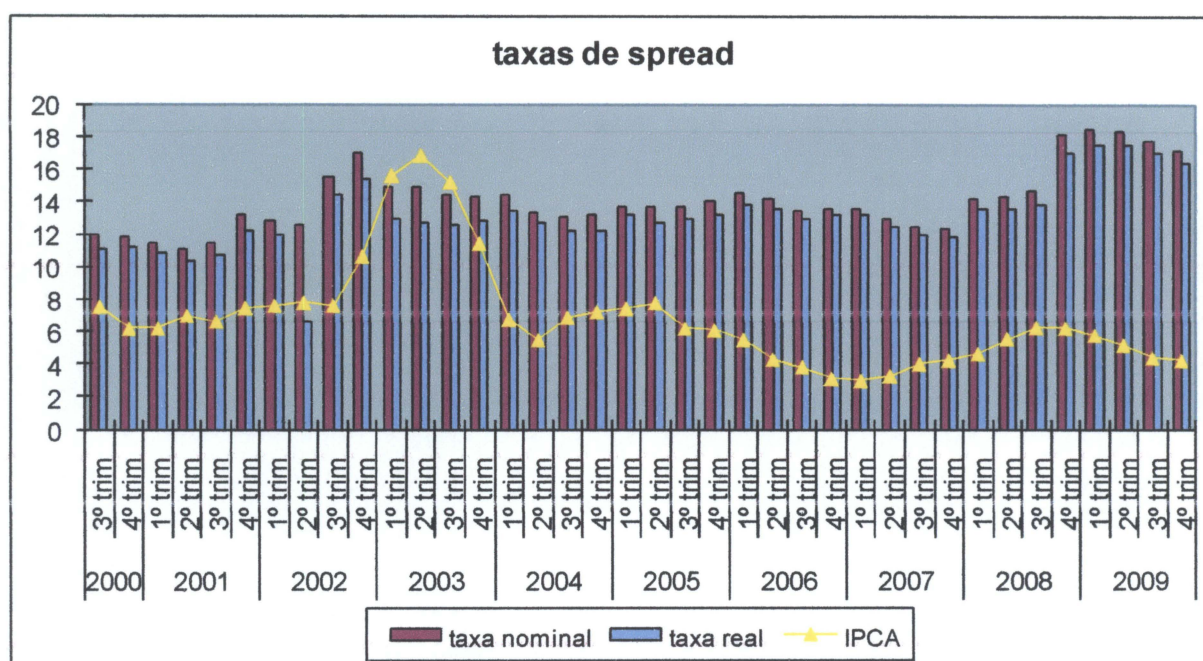


GRÁFICO 3 - BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE SPREAD BANCÁRIO REFERENTES À PESSOA JURÍDICA.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

O gráfico revela que a média das taxas de spread bancário relacionadas à pessoa jurídica inicia no terceiro trimestre de 2000 a 11,92% ao ano em termos nominais, a 11,08% em termos reais e com a inflação registrando 7,56% ao ano. Em uma análise mais detalhada, observa-se que as taxas de spread têm uma tendência de alta, tendo seu pico em termos nominais e real no primeiro trimestre de 2009, apresentando respectivamente 18,55% e 17,54% ao ano. Outro aspecto relevante demonstrado no gráfico é que as taxas de juros de spread bancário sejam nominais

ou reais, pouco oscilam entre si, e apresentam-se de forma muito próximas, demonstrando que as taxas de inflação têm pouca influência sobre elas. O que se observa é que as instituições financeiras têm uma política clara em relação ao spread. Quando há oscilações de inflação, os bancos manipulam as taxas de captação e aplicação a fim de manter o spread nos patamares desejados.

4.4 VARIAÇÃO DAS TAXAS DE JUROS E INFLAÇÃO EM ÍNDICES

Neste item serão demonstrados através do gráfico 4, o comportamento em termos reais, das taxas de juros de captação, aplicação, spread e a inflação em índice, tendo como base o terceiro trimestre de 2000.

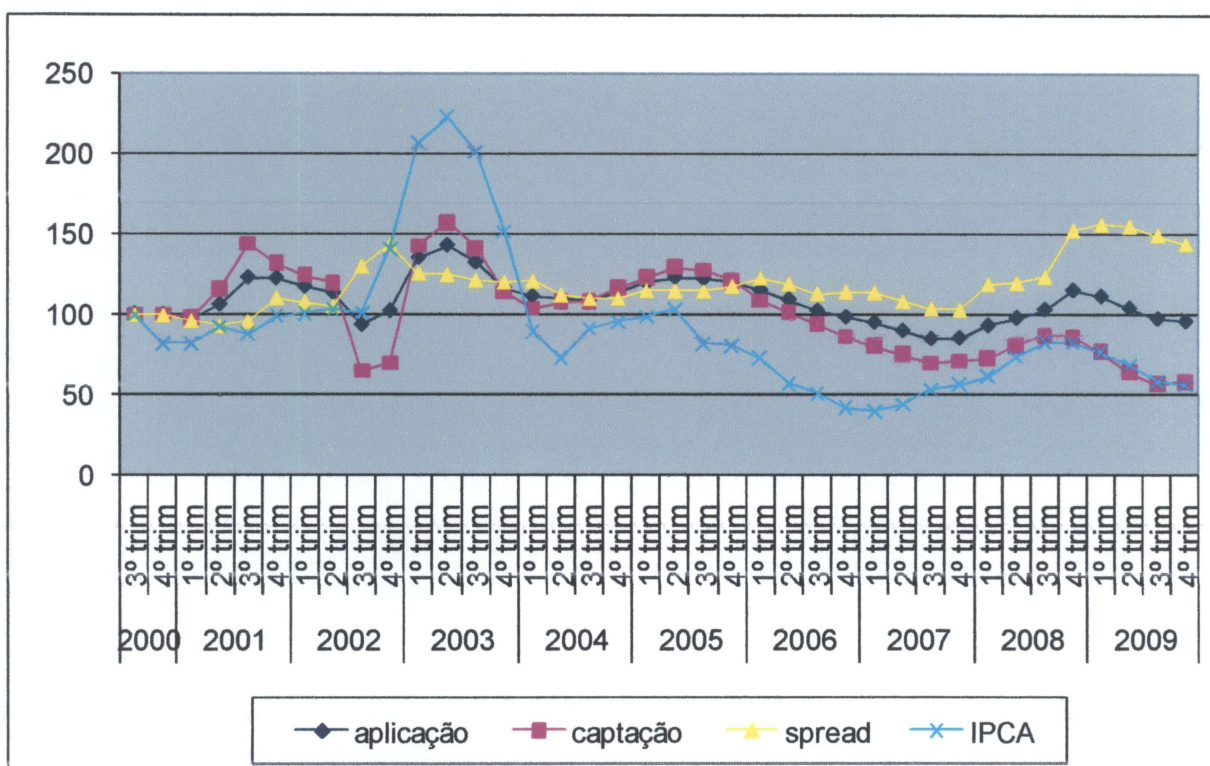


GRÁFICO 4. BRASIL - ÍNDICE REAL DAS MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS DE CAPTAÇÃO, APLICAÇÃO, DE SPREAD E IPCA: BASE TERCEIRO TRIMESTRE DE 2000.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

O gráfico 4 mostra a variação das taxas de juros aplicação, captação, spread e de inflação, tendo como base o terceiro trimestre de 2000, como índice 100. Ele

revela que até o primeiro trimestre de 2002 as taxas de captação tiveram variação mais positiva, seguida das de aplicação, tendo oscilações por conta das quedas nas taxas de inflação. O spread amargou períodos de baixa a princípio, começando um esboço de recuperação a partir do terceiro trimestre de 2001. No segundo trimestre de 2002 começa uma queda acentuada nas taxas de captação, uma queda um pouco menor nas de aplicação e uma alta acentuada nas taxas de inflação e de spread.

A partir do terceiro trimestre de 2005, as taxas de aplicação caem, mas em um ritmo menor que as de captação. Como a inflação também está caindo e em um ritmo acentuado, as taxas de spread têm elevada alta, chegando ao primeiro trimestre de 2009 a 155,61% do que era no terceiro trimestre de 2000.

Segundo o demonstrado na teoria, o Banco Central eleva as taxas de juros Selic nos momentos de incerteza, para controlar a inflação. Como as taxas de juros Selic remuneram os títulos públicos, estes tornam-se alternativas importantes de investimentos para os bancos, uma vez que nestes momentos, os empréstimos apresentam riscos elevados aos bancos. Na medida em que os riscos crescem, as taxas de juros cobradas nos empréstimos tendem a subir. Os riscos aumentam devido a assimetria de informações existentes nas operações de empréstimos.

No entanto, nos momentos de estabilidade econômica, em que as taxas de inflação estão sob controle ou até mesmo em baixas, as taxas de juros Selic apresentam quedas. Desta forma, os títulos públicos tornam-se menos atraentes e parte dos recursos destinados pelos bancos para investimentos nestes títulos são deslocados para empréstimos. Deste modo, os recursos destinados aos empréstimos aumentam, assim como os riscos de empréstimos diminuí devido a estabilidade econômica. Portanto o que se espera é que as taxas de juros de empréstimos, assim como o spread bancário diminua.

A conclusão que se observa analisando os gráficos é de que as taxas de spread subiram no período analisado, num momento em que apesar das oscilações, as taxas de aplicação e captação tiveram em geral, quedas significativas. A explicação teórica para tal comportamento do spread está no tipo de mercado em

que as instituições financeiras brasileiras operam. Segundo CARVALHO (2006), o setor bancário brasileiro é altamente concentrado, opera em um mercado oligopolista, com grandes barreiras à entrada, cuja disputa não se dá via preços, mas pela diferenciação do produto, o que em partes, explica as altas taxas de spread.

4.5 VOLUME TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E A MÉDIA DAS TAXAS DE JUROS DAS OPERAÇÕES DESTINADAS À PESSOA JURÍDICA

Neste item será verificado de que maneira o volume total de empréstimos destinados à pessoa jurídica se comportaram diante das variações das taxas de juros.

O gráfico 5 mostra o comportamento do volume total das operações de empréstimos destinadas à pessoa jurídica, ante as variações das taxas de juros cobradas na aquisição destas operações, tendo como base o primeiro trimestre de 1999.

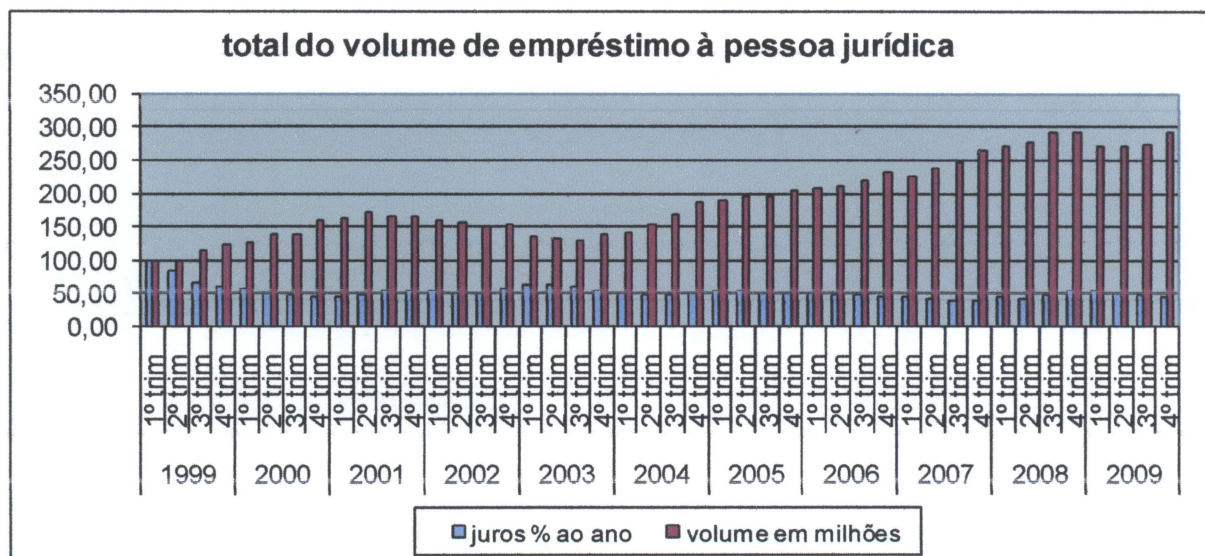


GRÁFICO 5. BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME TOTAL DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, EM TERMOS REAIS. BASE: PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1999.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

Conforme os dados do gráfico, desde o início do período, a média das taxas de juros das operações de empréstimos caíram. Primeiro em um ritmo acelerado até o terceiro trimestre de 2000. Em seguida houve uma estabilização das taxas, e em média se percebe que os juros retrocederam cerca de 50% do que era no início da análise. No final de 2009, as taxas de juros estavam em 45,87% do que era no princípio.

O volume teve um período de aceleração até o segundo trimestre de 2001, em que atingiu 170,88% do que era ao início de 1999. Logo após teve um declínio, voltando a 129,99% no terceiro trimestre de 2003. Daí em diante houve grande evolução no volume de empréstimos, chegando ao final de 2009 em 291,03% do que era no primeiro trimestre de 1999.

Outro dado curioso é que a partir de 2004 até 2009, quando as taxas de juros estão praticamente estáveis, o volume de empréstimos manteve seu ritmo de crescimento acentuado.

A conclusão a que se chega com esses dados é que a partir do momento em que as taxas de juros baixaram, o volume de empréstimos apresentou grandes altas. Percebe-se ainda que quando há alguma oscilação em que apresenta alta nos juros, a resposta negativa do volume de empréstimos é imediata, como o que ocorreu nos dois primeiros trimestres de 2003.

Em 1999 houve a troca do regime de bandas cambiais, que eram utilizadas para controlar a inflação, para o regime de metas de inflação, em que utiliza-se as taxas de juros Selic como instrumento da política monetária para controlar a inflação. A troca da política econômica gerou uma grande especulação, elevando e muito as taxas de juros, com influência também no volume de empréstimos. A partir do momento em que a política implantada obteve sucesso, terminou a especulação e as taxas de juros voltaram aos patamares anteriores e isso fez com que os investimentos retornassem, como foi verificado no aumento do volume de empréstimos.

Em 2002, houve a sucessão presidencial no Brasil, com especulações quanto a sequência da política monetária de contenção da inflação. Tal especulação trouxe uma instabilidade econômica. Nesta data o gráfico demonstra que as taxas de juros das operações de empréstimos subiram, enquanto que o volume de empréstimos teve forte queda, até ao terceiro trimestre de 2003.

Foi mostrado na teoria keynesiana que a moeda não é apenas um meio de trocas, mas também reserva de valor, por ser o bem mais líquido que existe. Desta forma, sua compensação vem em forma de prêmio de liquidez, e não em forma pecuniária. Assim sendo, quanto maior for a incerteza percebida pelos agentes, maior será a retenção de moedas pelos mesmos. A posse de moeda abre possibilidades de opções aos agentes ante a incerteza do futuro. Portanto, a acumulação de moeda e ativos não reprodutíveis são formas de acumulação alternativas à acumulação de bens de capital, e quando há momentos de incerteza é racional investir-se em liquidez. (CARVALHO 2006, P. 46)

Como a política econômica não foi alterada, a inflação voltou a ser controlada, as taxas de juros das operações de empréstimos voltaram aos patamares anteriores a 2002 e até mesmo com algumas quedas. Desta forma, com as taxas de juros mais atrativas o volume de empréstimos voltou a crescer, até em um ritmo acelerado, pois o cenário econômico favorecia os investimentos.

4.6 AS PRINCIPAIS OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS DESTINADAS À PESSOA JURÍDICA.

Este item será dedicado às análises das principais operações de empréstimos destinadas à pessoa jurídica.

Serão analisadas as modalidades de empréstimos e seu comportamento ante as variações dos juros e volume de empréstimo. Em seguida serão fixadas as taxas de juros e volume de empréstimos no primeiro trimestre de 2000, como base 100 e serão analisadas as variações percentuais do período aqui proposto em relação à base.

4.6.1 Capital de Giro

O Capital de Giro é um recurso que financia a atividade principal de uma empresa, ou seja, é o capital necessário para continuar a adquirir os bens que serão revendidos no volume que o seu mercado consome, e continuar a obter a sua principal fonte de renda. (FORTUNA, 2005)

O gráfico 6 demonstra qual o impacto das taxas de juros reais cobradas na aquisição de empréstimos na modalidade capital de giro sobre o volume de empréstimos, em milhões.

No primeiro trimestre de 1999, as taxas de juros reais cobrada estavam em 76,74% ao ano e o volume em R\$ 9777,3 milhões. Percebe-se que as taxas de juros caem em um ritmo acelerado até o terceiro trimestre de 2000, atingindo 20,30% ao ano. A partir daí as taxas sofreram oscilações em um intervalo de 20 a 30% ao ano, chegando ao final de 2009 em 24,14% ao ano.

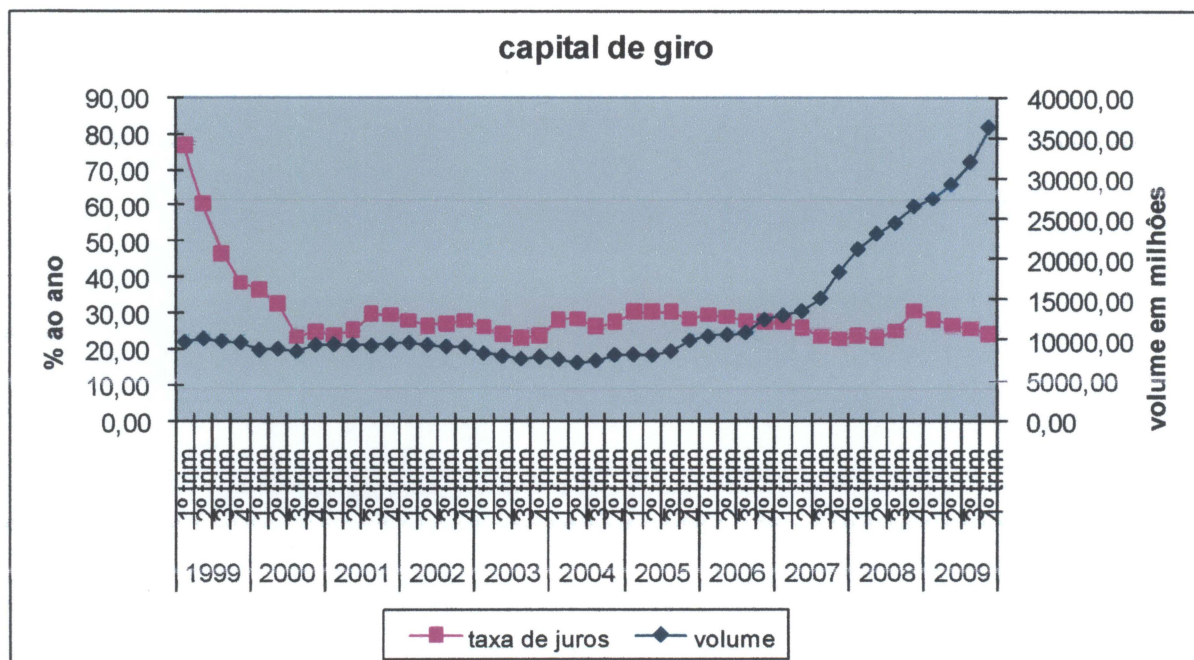


GRÁFICO 6. BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE CAPITAL DE GIRO. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

A princípio, as taxas de juros têm pouca influência no volume dessa modalidade de empréstimos. A partir do terceiro trimestre de 2004 o volume de empréstimos começa a elevar-se, mesmo com uma oscilação de elevação nas taxas de juros. Logo após o primeiro trimestre de 2007 os juros têm uma oscilação moderada, com tendências de baixa, chegando a 24,14% ao ano e o volume de empréstimos em uma forte alta, atinge a 36304 milhões ao final de 2009.

Tendo como base o primeiro trimestre de 1999, o gráfico 7 mostra que as operações de capital de giro alteram a tendência durante o período.

As taxas de juros tiveram baixas durante todo o período analisado. No começo houve forte baixa, até o primeiro trimestre de 2000, chegando a cair 65,82%. A partir deste momento os juros tiveram algumas oscilações, mas com uma tendência ainda de baixa e no final de 2009 apresentava queda de 82,04% em relação ao primeiro trimestre de 1999.

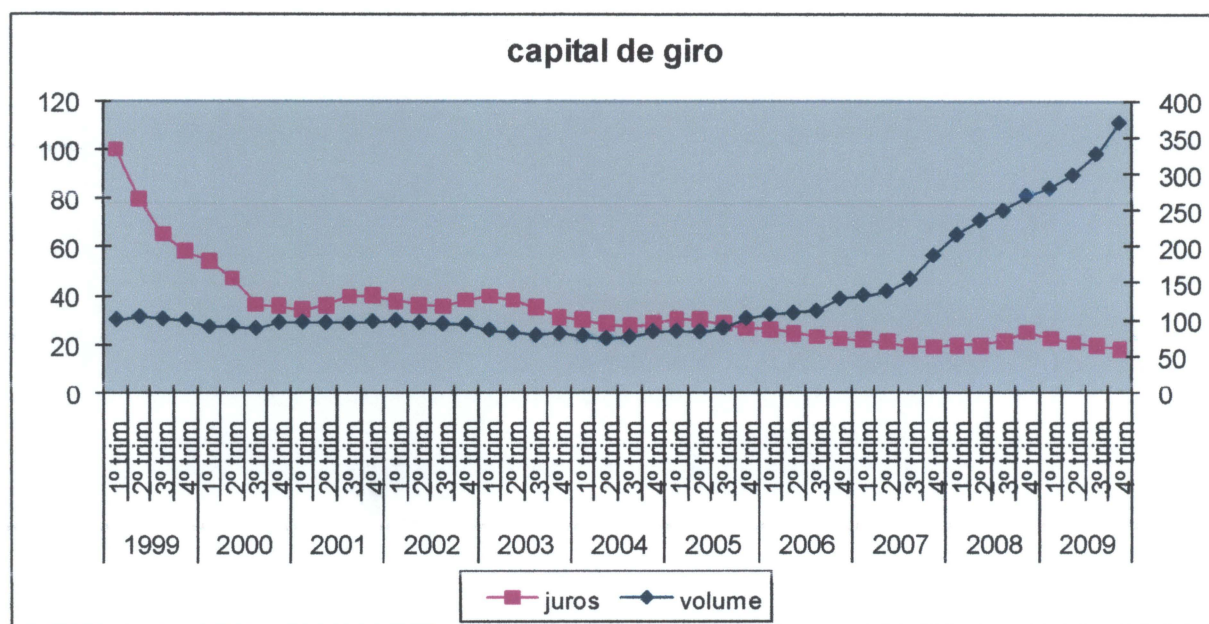


GRÁFICO 7. BRASIL – ÍNDICE DAS MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES DA MODALIDADE CAPITAL DE GIRO. AS VARIÁVEIS SÃO EM TERMOS REAIS. BASE: PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1999.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

O volume de empréstimos esteve praticamente estável até o quarto trimestre de 1999. A partir deste período até o terceiro trimestre de 2005, houve oscilações em cerca de 15 pontos percentuais entre o pico e a baixa. Em 2006 em diante os empréstimos tiveram uma forte alta e no quarto trimestre de 2009 já havia evoluído em 271,30% em relação ao primeiro trimestre de 1999.

4.6.2 Conta Garantida

A conta garantida é uma conta de crédito com um valor-limite que normalmente é movimentada diretamente por cheques emitidos pelo cliente, desde que não haja saldo disponível na conta corrente de movimentação. Funciona como o cheque especial da pessoa física.

Os juros sobre esse produto são calculados diretamente sobre o saldo devedor e cobrados, normalmente, no primeiro dia útil do mês seguinte ao de movimentação. (FORTUNA, 2005)

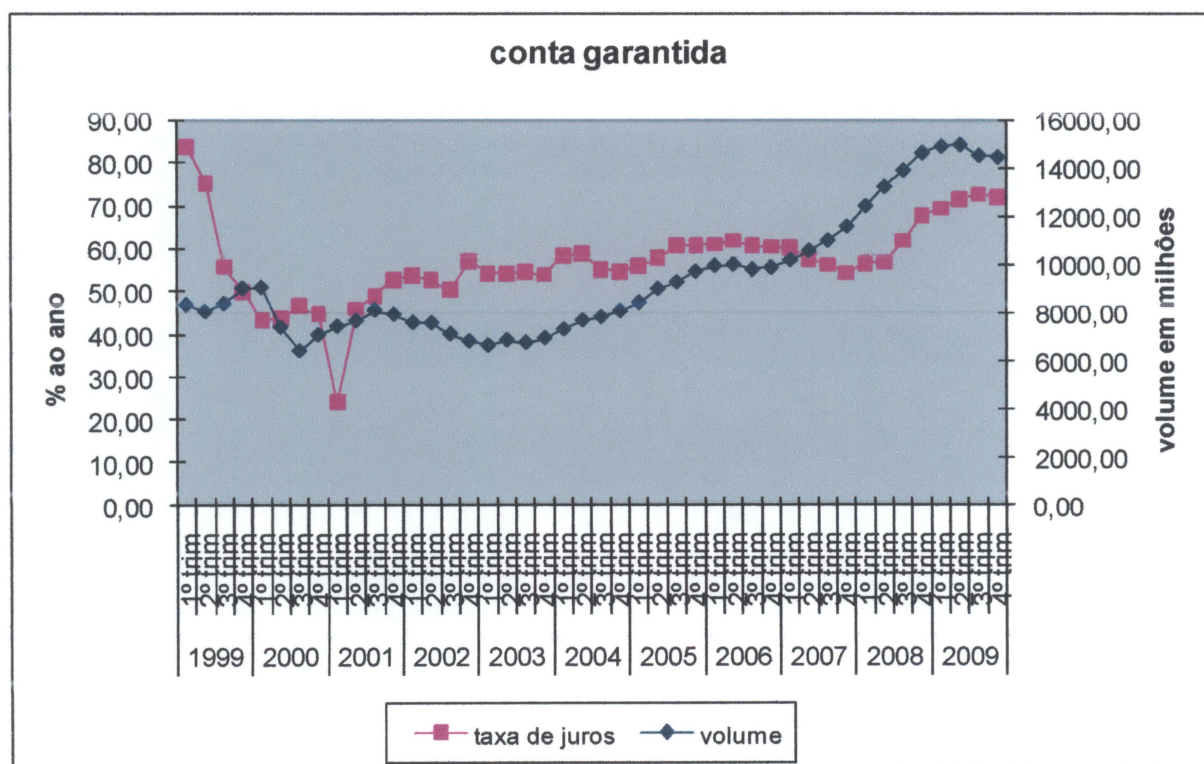


GRÁFICO 8. BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE CONTA GARANTIDA. AS VARIÁVEIS SÃO EM TERMOS REAIS.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

O gráfico 8 mostra qual o impacto das taxas de juros reais - cobradas na aquisição de empréstimos da modalidade conta garantida - no volume de empréstimos, em milhões de reais.

No primeiro trimestre de 1999, as taxas de juros reais cobrada estavam em 83,52% ao ano e o volume em R\$ 8328,60 milhões. Percebe-se no gráfico que as taxas de juros caem drasticamente até o primeiro trimestre de 2001, atingindo 23,94% ao ano. A partir daí as taxas voltaram a subir em um ritmo acelerado, chegando ao final de 2009 em 72,04% ao ano.

A princípio, as taxas de juros têm pouca influência no volume dessa forma de empréstimos. Há períodos em que as taxas de juros caem e o volume cresce, mas não de maneira constante e significativa. O gráfico mostra que há vários momentos onde existe alta dos juros e também do volume de empréstimos. Isso fica caracterizado a partir do quarto trimestre de 2003, em que o volume de empréstimos começa a elevar-se, mesmo com uma oscilação de elevação nas taxas de juros. Os juros passam de 53,90%, no quarto trimestre de 2003 para 72,04% ao ano no quarto trimestre de 2009. No mesmo período, o volume de empréstimo passou de R\$ 6.928,60 milhões para R\$ 14.467 milhões.

Tendo como base o primeiro trimestre de 1999, o gráfico 9 revela que as operações de conta garantida têm pouca relação com as taxas de juros.

Com já dito anteriormente, as taxas de juros também tiveram baixas durante todo o período analisado. No começo houve forte baixa, até o primeiro trimestre de 2001, chegando a cair 47,22%. A partir deste momento os juros tiveram algumas oscilações, mas com uma tendência ainda de baixa e no final de 2009 apresentava queda de 55,37% em relação ao primeiro trimestre de 1999.

O volume de empréstimos teve uma moderada alta até o primeiro trimestre de 2000, em que cresceu 8,63% em relação ao primeiro trimestre de 1999. Logo após teve uma forte queda e no terceiro trimestre de 2000 estava 76,75% do que era no início do período analisando. A partir deste momento voltou a obter algum

crescimento, mas só depois do primeiro trimestre de 2005 é que chegou a patamares superiores ao período inicial. O gráfico demonstra que a evolução depois do primeiro trimestre de 2005 se deu de forma acelerada e no final de 2009 apresentou um crescimento de 73,70% em relação ao primeiro trimestre de 1999.

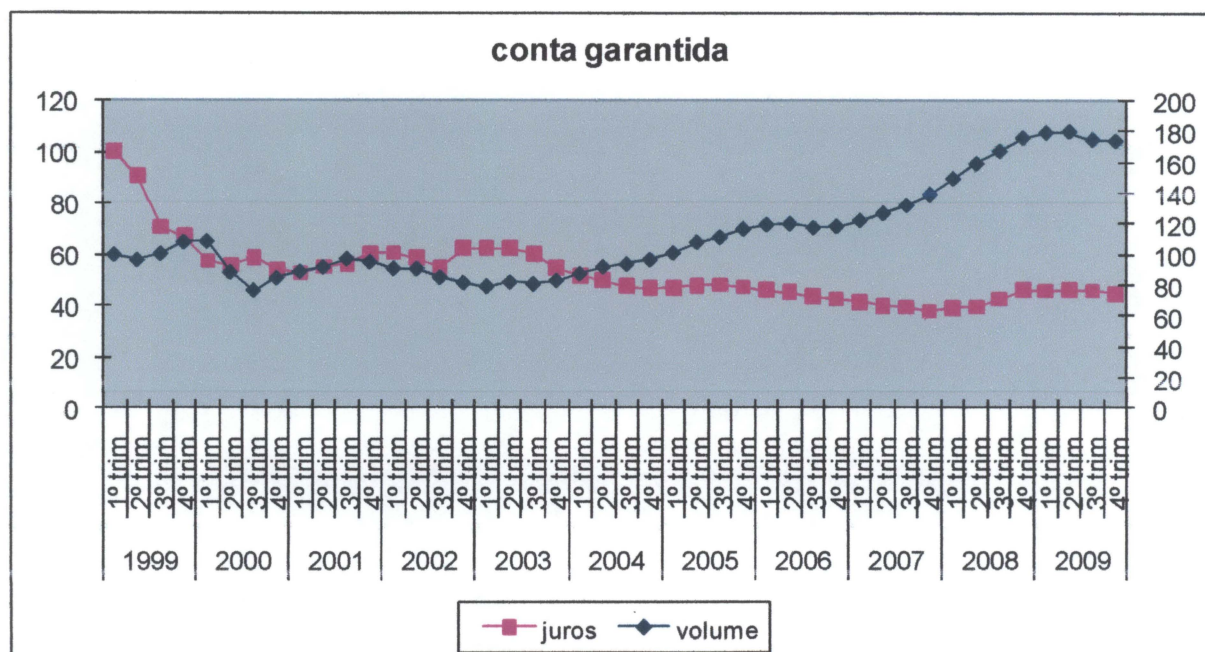


GRÁFICO 9. BRASIL – ÍNDICE DAS MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS REAIS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES DA MODALIDADE CONTA GARANTIDA. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS. BASE: PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1999.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

A conclusão que se chega, observando os dois gráficos, é que esta modalidade está em expansão e isso fica caracterizado a partir de 2003, mesmo tendo uma das taxas de juros mais elevadas das modalidades aqui apresentadas.

4.6.3 Aquisição de bens

Aquisição de bens é uma modalidade de empréstimos para aquisição de máquinas e equipamentos destinados à produção das empresas.

O gráfico 10 mostra qual o impacto que as taxas de juros reais cobradas na aquisição de empréstimos na modalidade aquisição de bens.

No primeiro trimestre de 1999, as taxas de juros reais cobradas estavam em 63,83% ao ano e o volume em R\$ 693,07 milhões. Percebe-se no gráfico que as taxas de juros caem em um ritmo acelerado até o terceiro trimestre de 2000, atingindo 20,72% ao ano. A partir daí as taxas oscilam em altas e quedas, tornando a sofrerem significativas baixas a partir do quarto trimestre de 2002, chegando a 11,91% ao ano no final de 2009.

Em relação ao volume, ao contrário das taxas de juros, durante todo o período analisados, com exceção do primeiro e segundo trimestre de 2009, manteve forte crescimento, atingindo seu auge no terceiro trimestre de 2008, em R\$ 7.589,70 milhões.

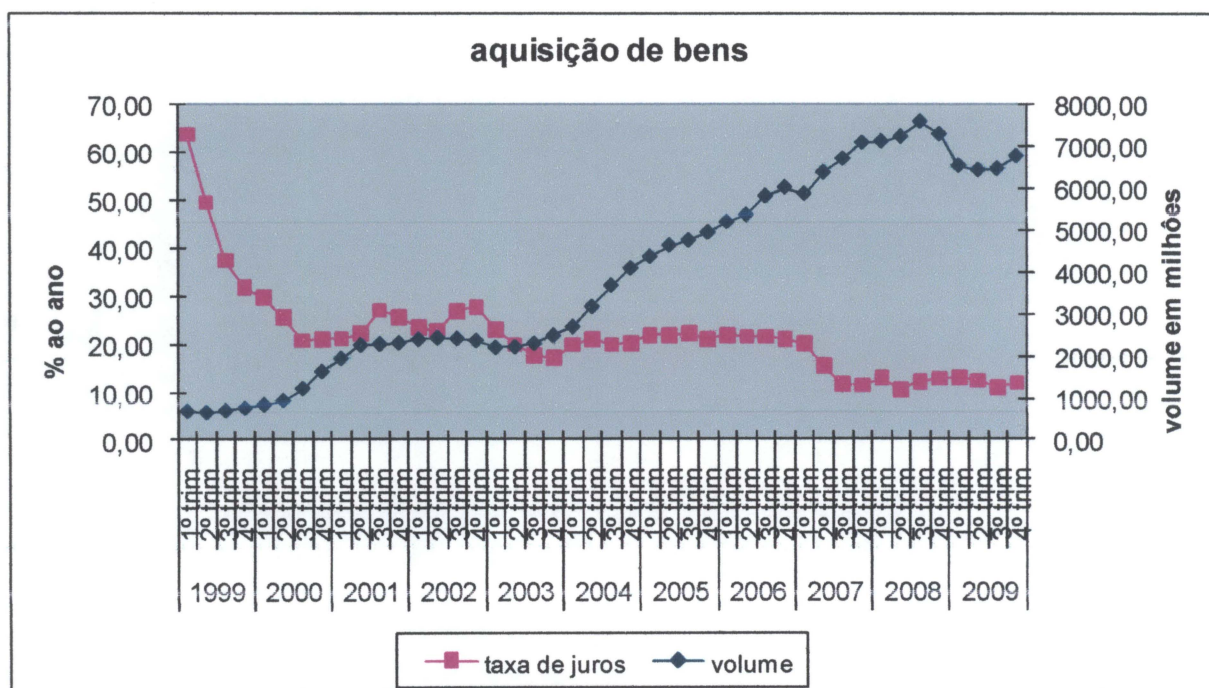


GRÁFICO 10. BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES DA MODALIDADE AQUISIÇÃO DE BENS. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

O gráfico mostra que há uma forte relação inversa entre queda nas taxas de juros e crescimento do volume dessa modalidade de empréstimos.

Tendo como base o primeiro trimestre de 1999, o gráfico 11 mostra que as operações de aquisição de bens comportaram-se de maneira semelhante ao observado no gráfico anterior.

As taxas de juros, assim como outras modalidades analisadas até aqui, tiveram baixas durante todo o período. No começo houve forte baixa, até o primeiro trimestre de 2001, chegando a cair 66,98%. A partir deste momento os juros tiveram algumas oscilações, mas com uma tendência ainda de baixa e no final de 2009, apresentou queda de 87,85% em relação ao primeiro trimestre de 1999.

Já o volume de empréstimos teve forte alta durante todo o período, com um pico no terceiro trimestre de 2008, com crescimento de 995,08% em relação ao primeiro trimestre de 1999. No final do período analisado estava com crescimento de 876,34% em relação ao início do período analisado.

Como já relatado na análise do gráfico anterior, as taxas de juros têm forte influência na obtenção desta modalidade de empréstimo.

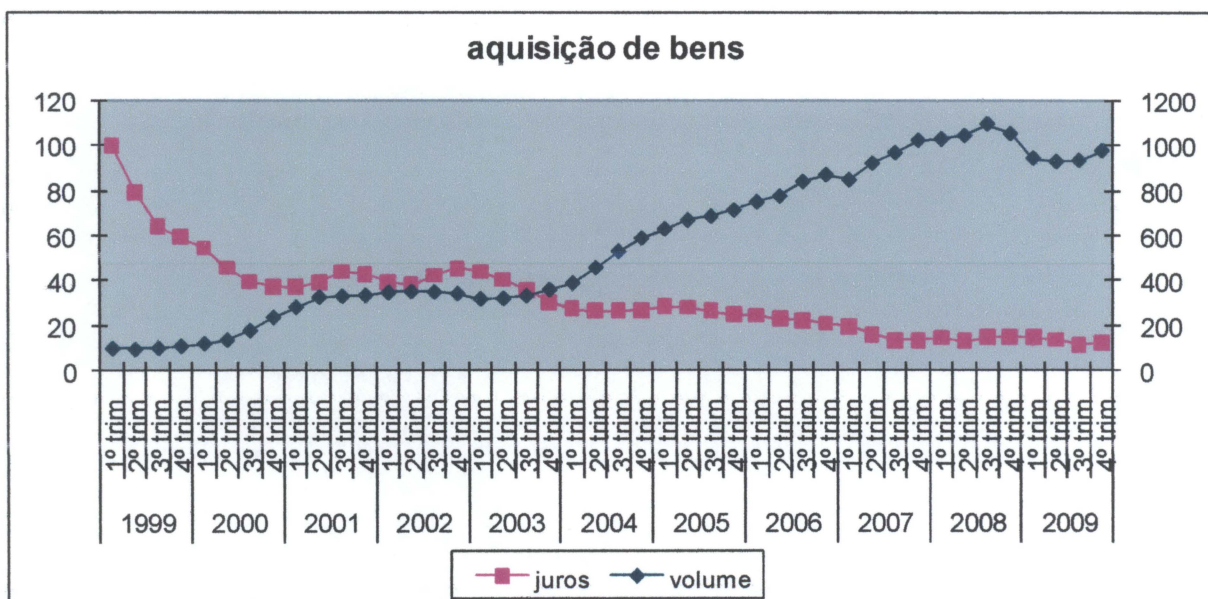


GRÁFICO 11. BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES DA MODALIDADE AQUISIÇÃO DE BENS. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS. BASE: PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1999.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

4.6.4 Vendor

Vendor é um financiamento baseado na cessão de crédito, que permite a uma empresa vender seu produto a prazo e receber o pagamento a vista. A empresa vendedora assume o risco de não pagamento da dívida pela empresa compradora e a taxa de financiamento é geralmente menor que a taxa praticada pela empresa vendedora. (FORTUNA, 2005)

O gráfico 12 mostra qual o impacto que as taxas de juros reais cobradas na aquisição de empréstimos na modalidade vendor traz sobre o volume de empréstimos, em milhões.

No primeiro trimestre de 1999, as taxas de juros reais cobrada estavam em 58,54% ao ano e o volume em R\$ 3099,70 milhões. Percebe-se no gráfico que as taxas de juros, assim como nas outras modalidades aqui analisadas, caem em um ritmo acelerado até o primeiro trimestre de 2001, atingindo 12,78% ao ano. A partir daí as taxas oscilam em moderadas altas e quedas, chegando a 11,54% ao ano no final de 2009.

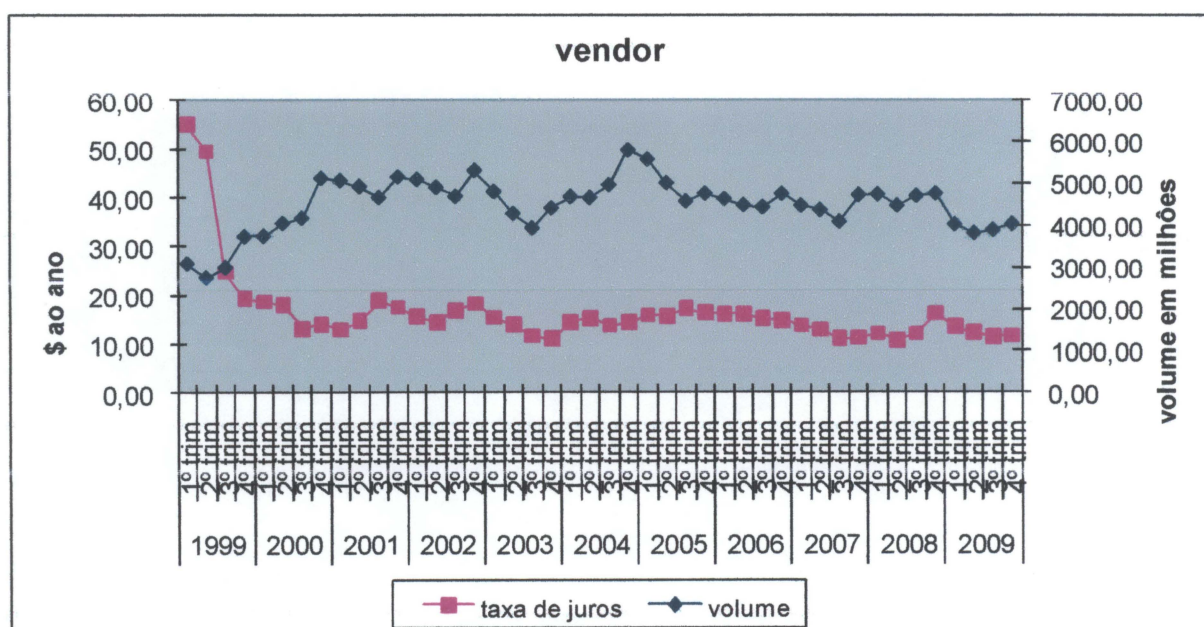


GRÁFICO 12 - BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE VENDOR. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

O volume, ao contrário dos juros, tem uma acentuada elevação no início do período analisado. A partir do quarto trimestre de 2000, existiram várias oscilações, atingindo seu pico no quarto trimestre de 2004, em R\$ 5799,40 milhões. Nos trimestres seguintes houve forte queda, atingindo no quarto trimestre de 2009 R\$ 4037,10 milhões.

No princípio, o volume de empréstimos teve uma relação inversa às taxas de juros, ou seja, quanto maior a queda dos juros, maior o volume emprestado. A partir de meados de 2002 esta relação não se confirmou.

Tendo como base o primeiro trimestre de 1999, o gráfico 13 mostra de que maneira comportaram-se as operações da modalidade vender.

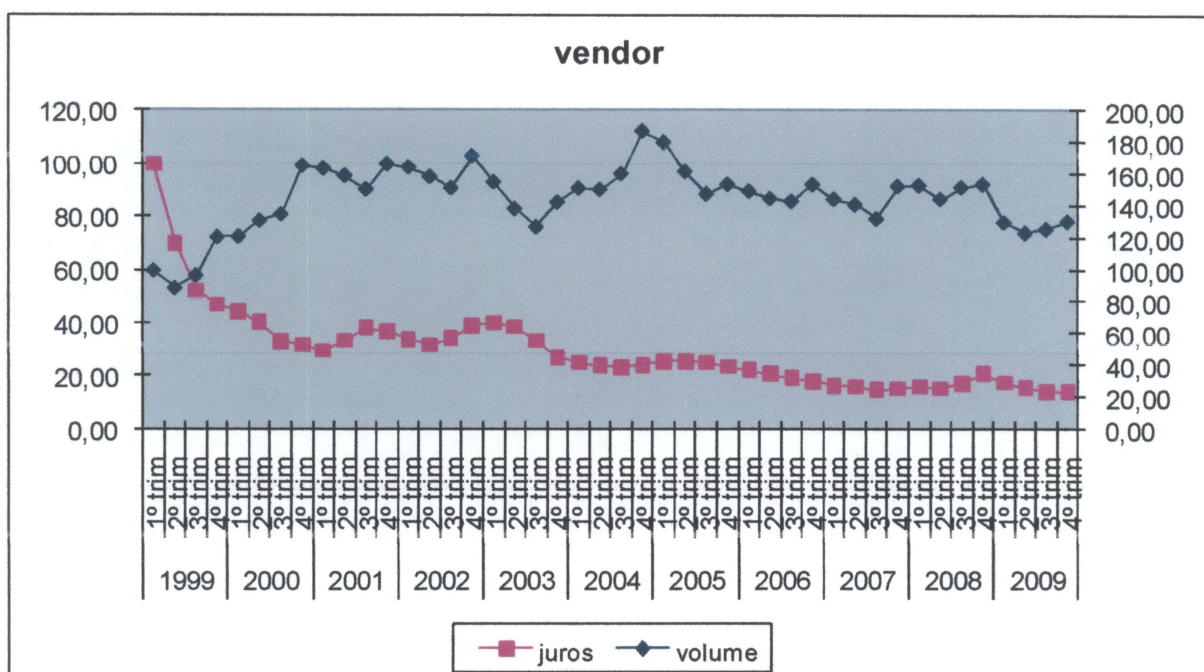


GRÁFICO 13. BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE VENDOR. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS. BASE: PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1999.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

As taxas de juros, assim como outras modalidades analisadas até aqui, tiveram baixas durante todo o período. No começo também houve forte baixa, até o primeiro trimestre de 2001, chegou a cair 70,10% em relação a base. A partir deste momento os juros tiveram algumas oscilações, mas com uma tendência ainda de

baixa e no final de 2009 apresentava queda de 86,28% em relação ao primeiro trimestre de 1999.

Enquanto isso, o volume de empréstimos - como já visto no gráfico anterior - teve forte alta até o quarto trimestre de 2004 - em que cresceu 87,09% de relação ao início do período analisado. Logo após este pico, houve grandes oscilações, com tendência de queda, embora com volumes bem superiores ao da base.

O gráfico mostra que esta modalidade de empréstimo teve expansão durante todo o período analisado em relação a base, o que permite avaliar que as baixas nas taxas de juros teve influência no volume emprestado, mesmo a partir de 2005, onde o volume apresentou quedas acentuadas.

3.6.5 Hot Money

O hot money é um tipo de empréstimo de muito curto prazo, envolvendo montantes elevados, disponibilizados integralmente. O pagamento de juros e reembolso único são efectuados no vencimento da operação, com juros postecipados. (FORTUNA, 2005)

O gráfico 14 mostra qual o impacto que as taxas de juros reais cobradas na aquisição de empréstimos na modalidade hot money traz sobre o volume de empréstimos, em milhões de reais.

No primeiro trimestre de 1999, as taxas de juros reais cobradas estavam em 86,36% ao ano e o volume em R\$ 672,47 milhões. Percebe-se no gráfico que as taxas de juros caem em um ritmo acelerado até o terceiro trimestre de 2000, atingindo 31,51% ao ano. A partir daí as taxas oscilam, mas sempre com altas, chegando a 44,01% ao ano no final de 2009.

O volume, ao contrário dos juros, tem uma pequena elevação no início do período analisado. Mas a partir do primeiro trimestre de 2000 o volume de empréstimos apresenta forte queda até o final do período, onde se encontrou em R\$ 136,42 milhões.

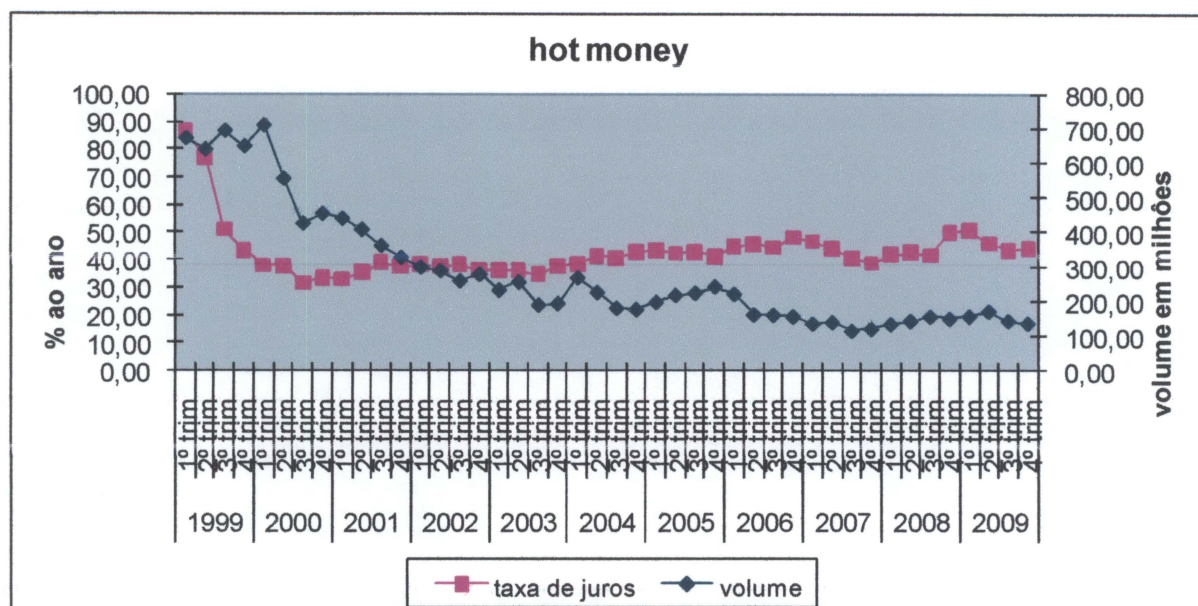


GRÁFICO 14. BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES DA MODALIDADE HOT MONEY. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

No princípio, o volume de empréstimos teve uma relação inversa às taxas de juros, ou seja, quanto maior a queda dos juros, maior o volume emprestado. A partir do primeiro trimestre de 2000, a medida que as taxas de juros baixavam ou subiam, o volume acompanhou.

Tendo como base o primeiro trimestre de 1999, o gráfico mostra como as operações da modalidade hot money comportaram-se.

As taxas de juros, assim como outras modalidades analisadas até aqui, tiveram momentos de fortes baixas. Do começo até ao primeiro trimestre de 2001, chegou a cair 60,27% em relação à base. A partir deste momento os juros tiveram algumas oscilações, mas com uma tendência ainda de baixa e no final de 2009 apresentava queda de 62,71% em relação ao primeiro trimestre de 1999.

O volume de empréstimos como já visto no gráfico anterior, teve alguns lampejos de alta no período inicial, mas a partir do primeiro trimestre de 2000, teve queda acentuada até ao final de 2009, ficando 20,29% do que era no primeiro trimestre de 1999.

A conclusão que os gráficos demonstram é que a modalidade está em declínio praticamente desde o início do período analisado. Sendo esta uma modalidade cara, talvez esteja sendo substituída pelas demais modalidades aqui apresentadas e que ficaram mais atraentes devido a queda nas taxas de juros, como o capital de giro, aquisição de bens e o vender.

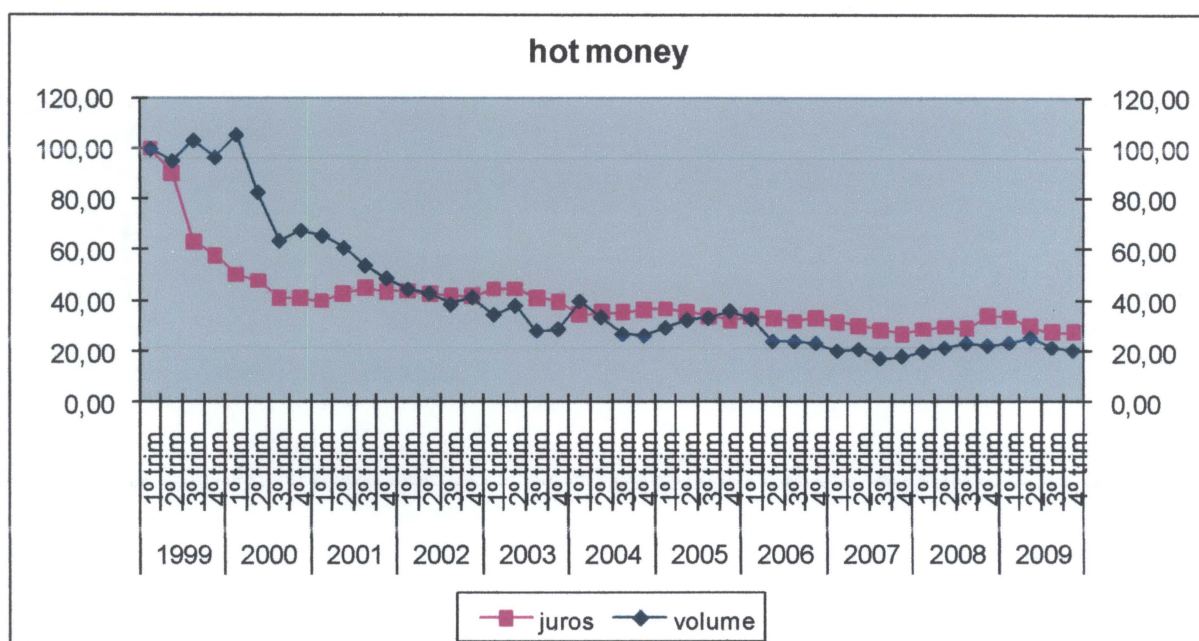


GRÁFICO 15. BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES DA MODALIDADE HOT MONEY. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS. BASE: PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1999.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

4.6.6 Desconto de Duplicatas

Desconto de duplicatas funciona como um adiantamento de recursos aos clientes, feito pelo banco, sobre valores referenciados em duplicatas de cobrança, para antecipar o fluxo de caixa do cliente.

O cliente transfere o risco do recebimento de suas vendas a prazo ao banco e garante o recebimento imediato dos recursos que, só seriam disponíveis no futuro. Caso o título não seja pago, a empresa assume a responsabilidade do pagamento, incluindo multa e/ou juros de mora pelo atraso. (FORTUNA, 2005)

O gráfico 16 mostra qual o impacto que as taxas de juros reais cobradas na aquisição de empréstimos na modalidade desconto de duplicatas refletem no volume de empréstimos, em milhões.

No primeiro trimestre de 1999, as taxas de juros reais cobrada estavam em 97,60% ao ano e o volume em R\$ 2.312,90 milhões. Percebe-se no gráfico que as taxas de juros caem em um ritmo acelerado até o terceiro trimestre de 2000, atingindo 34,01% ao ano. A partir daí as taxas oscilam entre altas e baixas, chegando a 32,53% ao ano no final de 2009.

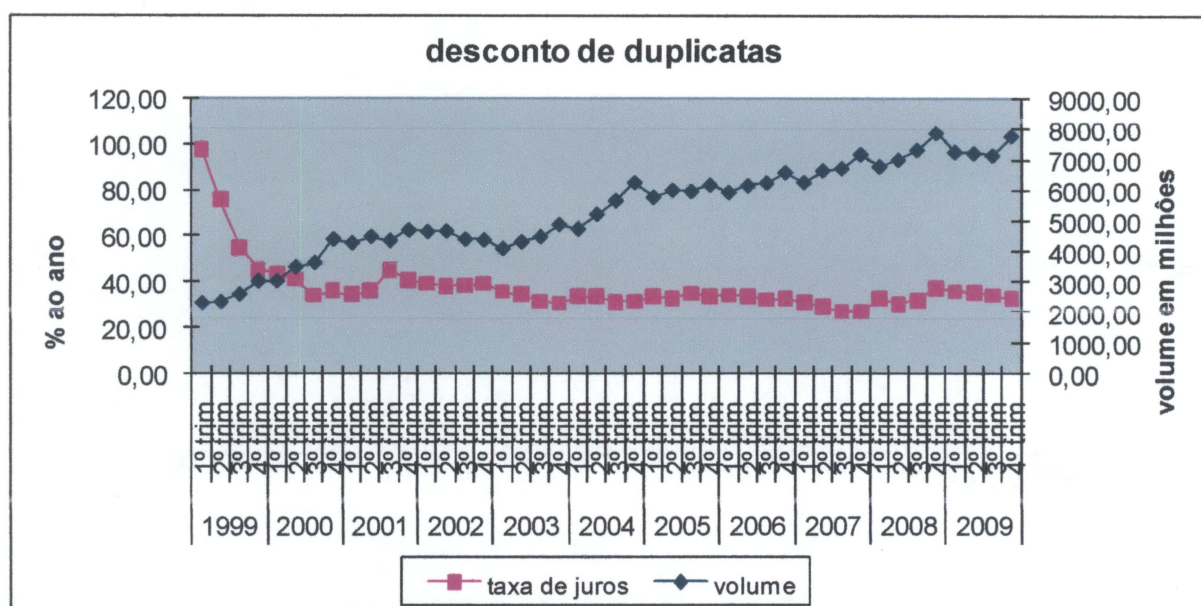


GRÁFICO 16. BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE DESCONTO DE DUPLICATAS. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

O volume, ao contrário dos juros, se manteve em forte alta durante todo o período analisado, chegando a R\$ 7.788 milhões no final de 2009.

O que se percebe é que as quedas nas taxas de juros tiveram grande influência nos valores emprestados.

Tendo como base o primeiro trimestre de 1999, o gráfico 17 mostra como as operações da modalidade desconto de duplicatas comportaram-se.

As taxas de juros, assim como outras modalidades analisadas até aqui, tiveram e forte baixas até ao final do período. Do começo até ao primeiro trimestre de 2001, chegou a cair 63,45% em relação ao primeiro trimestre de 1999. A partir deste momento os juros tiveram pequenas oscilações até ao segundo trimestre de 2003. Em seguida o ritmo de queda volta a ser mais acentuado e no final de 2009 apresentava queda de 81,56% em relação ao primeiro trimestre de 1999.

O volume de empréstimos, como já visto no gráfico anterior, teve fortes altas durante todo o período analisado e ao final de 2009 atingia crescimento acumulado de 236,72% do que era no primeiro trimestre de 1999.

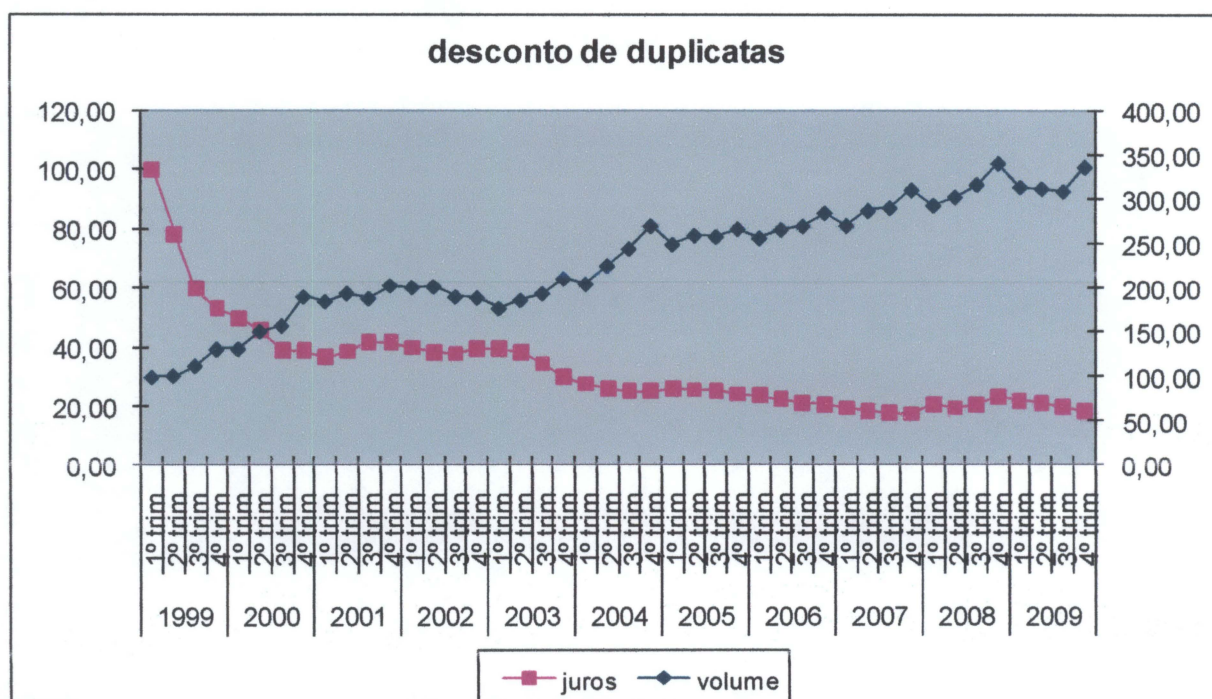


GRÁFICO 17. BRASIL – ÍNDICE DAS MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE DESCONTO DE DUPLICATAS. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS. BASE: PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1999.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

Os gráficos demonstram que a modalidade está em plena expansão, devido a queda abrupta das taxas de juros. Talvez este fenômeno ocorra porque é uma modalidade de antecipação de receitas dos produtos vendidos a prazo pelas empresas. Como é uma operação com taxas de juros elevadíssimas - em relação às

outras modalidades - uma queda significativa nas taxas de juros têm um reflexo positivo na quantidade demandada de empréstimos.

4.6.7 Desconto de Promissórias

Assim como o desconto de duplicatas, o desconto de promissórias é um adiantamento de recursos aos clientes, feito pelo banco, mas sobre valores referenciados em notas promissórias, para antecipar o fluxo de caixa do cliente.

O gráfico 18 aponta qual o impacto que as taxas de juros reais cobradas na aquisição de empréstimos na modalidade desconto de promissórias, trazem sobre o volume de empréstimos.

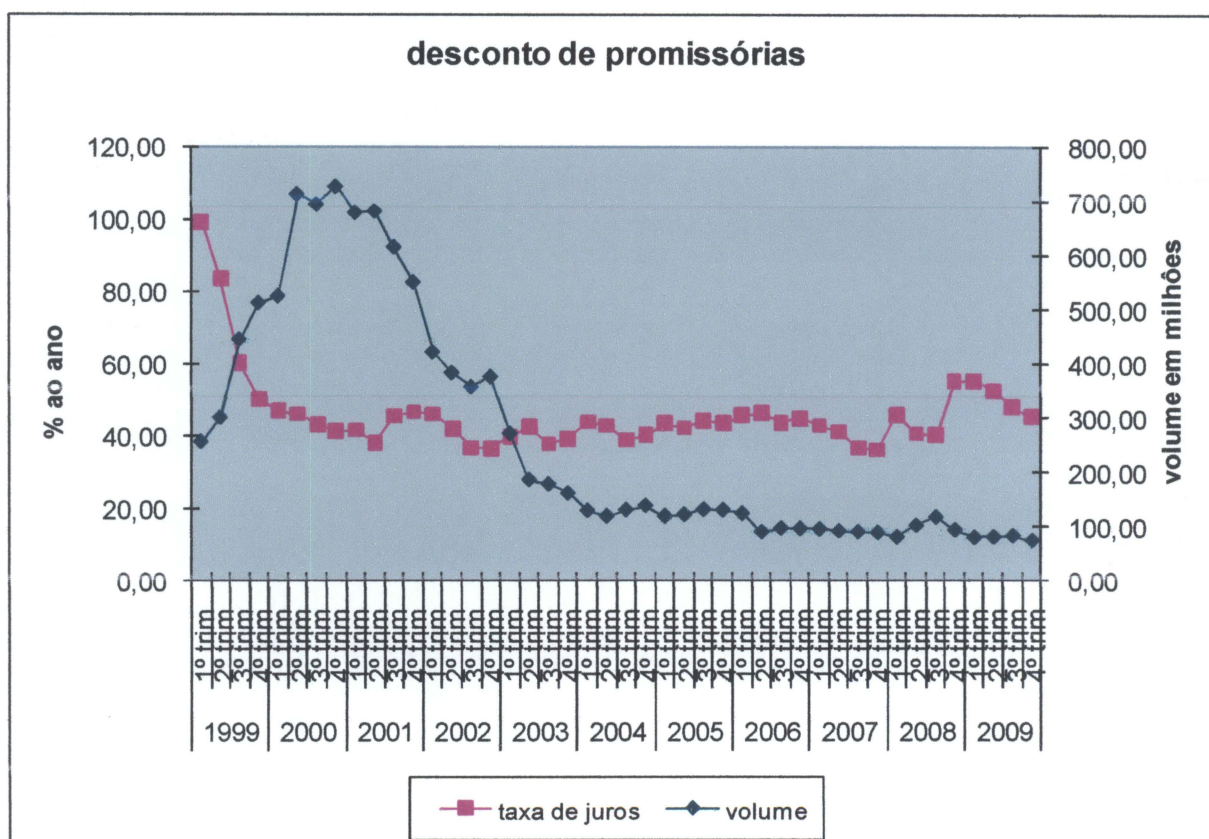


GRÁFICO 18. BRASIL – MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE DESCONTO DE PROMISSÓRIAS. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

No primeiro trimestre de 1999, as taxas de juros reais cobrada estavam em 98,96% ao ano e o volume em R\$ 54,60 milhões. O gráfico mostra que as taxas de juros caem em um ritmo acelerado até o segundo trimestre de 2001, atingindo 37,91% ao ano. A partir daí as taxas oscilam, com algumas tendências de altas, chegando a 44,92% ao ano no final de 2009.

O volume, ao contrário dos juros, tem uma forte elevação no período de queda dos juros, tendo seu pico no quarto trimestre de 2000, em R\$ 726,73 milhões. A partir deste momento há uma forte queda até o segundo trimestre de 2004 quando atingiu R\$ 117,67 milhões. A seqüência é estável, com períodos de leve baixa. No final de 2009 estava em R\$ 72,91 milhões.

No princípio, o volume de empréstimos teve uma relação inversa às taxas de juros, ou seja, quanto maior a queda dos juros, maior o volume emprestado. A partir do segundo trimestre de 2001 houve forte queda no volume de empréstimos, mesmo tendo somente pequenas oscilações de alta nos juros.

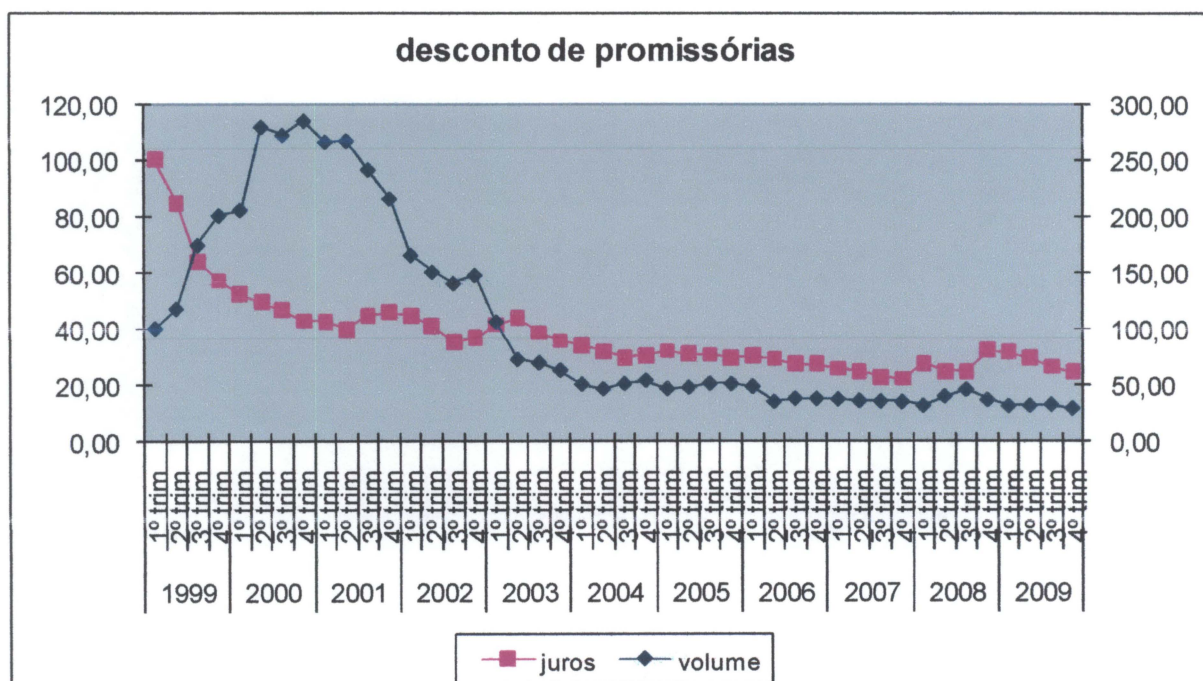


GRÁFICO 19. BRASIL – ÍNDICE DAS MÉDIAS TRIMESTRAIS DAS TAXAS DE JUROS AO ANO E VOLUME DE EMPRÉSTIMOS EM MILHÕES, DA MODALIDADE DESCONTO DE PROMISSÓRIAS. VARIÁVEIS EM TERMOS REAIS. BASE: PRIMEIRO TRIMESTRE DE 1999.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

Tendo como base o primeiro trimestre de 1999, o gráfico 19 mostra como as operações da modalidade desconto de promissórias comportaram-se.

As taxas de juros, assim como na maioria das modalidades analisadas, tiveram fortes baixas até ao final do período. Do começo até ao primeiro trimestre de 2001, chegou a cair 60,41% em relação ao primeiro trimestre de 1999. A partir deste momento os juros tiveram pequenas oscilações até ao segundo trimestre de 2003 em que ficou em 43,68% do que era no primeiro trimestre de 1999. Em seguida o ritmo de queda volta a ser acentuado e no final de 2009 apresentava queda de 75,66% em relação ao primeiro trimestre de 1999.

4.7 PERCENTUAL DO VOLUME DE EMPRÉSTIMOS DE CADA MODALIDADE DESTINADOS À PESSOA JURÍDICA.

Neste ítem será apresentado, através do gráfico, o percentual que cada modalidade aqui exposta representa no volume total de empréstimos à pessoa jurídica, verificando a evolução de cada uma delas e quais se destacaram ante o declínio de outras.

O gráfico 20 apresenta a evolução da participação das principais modalidades de empréstimos à pessoa jurídica, em relação ao total do volume emprestado.

Como já visto anteriormente, o capital de giro serve para deixar em dia o fluxo de caixa das empresas, a fim de que a produção não seja comprometida. Desta forma pode-se dizer que é uma modalidade de empréstimo de curto prazo.

Outra modalidade que se destaca é a conta garantida, embora tenha uma das maiores taxas de juros cobradas. Esta modalidade inicia com 30,87% do total de empréstimos, mantém-se estável até o primeiro trimestre de 2000, depois cai para o patamar dos 20%, permanecendo estável até ao final da análise.

A conta garantida, assim como o capital de giro, é uma modalidade que satisfaz as necessidades de financiamento das empresas no curto prazo, para evitar desconfortos no fluxo de caixa.

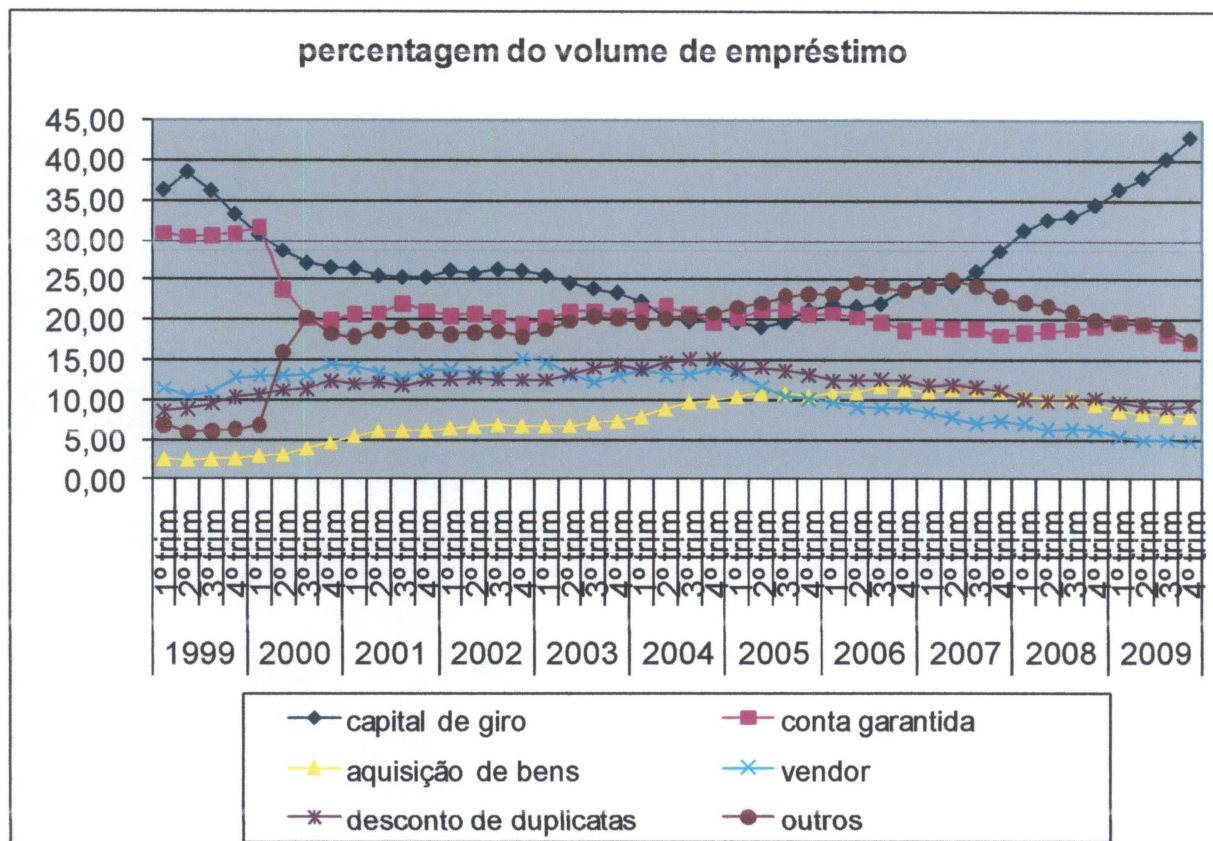


GRÁFICO 20. BRASIL – PERCENTUAL DO VOLUME DE EMPRÉSTIMOS À PESSOA JURÍDICA, EM TERMOS REAIS.

FONTE: PRODUZIDO PELO AUTOR COM BASE NOS DADOS FORNECIDOS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL E IBGE.

A modalidade desconto de duplicatas evoluiu de 8,57% para 15,14% no quarto trimestre de 2004. A partir de então, também sofreu quedas e ficou em 9,18% ao final do período analisado. Tal modalidade assim como a maioria das analisadas, é de obtenção de recursos para o curto prazo e que, estão sendo substituídas pela modalidade capital de giro, por ter uma taxa de juro as mais atraente.

A modalidade aquisição de bens caracteriza-se pelos investimentos em capacidade produtiva e visam o longo prazo. Pelos gráficos que a analisam, percebe-se que houve crescimento real da modalidade, enquanto as taxas de juros caíam. No entanto, em termos relativos, sua participação tende a ser estável, com ligeira queda nos últimos anos.

A modalidade outros inicia em níveis baixos, com 6,83% dos empréstimos, mas logo evolui, atingindo 16% no segundo trimestre de 2000. Mantém-se praticamente estável, com flutuações entre 20 a 25%. Ao final, sofre pequenos declínios, atingindo assim 17,53% do total de empréstimos.

Ao final da análise do gráfico, chega-se a conclusão que a princípio, quando a maioria das modalidades estava em evolução, o capital de giro e a conta garantida estavam em declínio. Isto mostra que havia uma substituição destas duas modalidades para com as demais. Mas a partir de 2005, houve um processo inverso, o capital de giro teve forte alta, enquanto as outras modalidades amargavam quedas. Neste momento, o capital de giro estava sendo a modalidade mais atraente na visão dos empresários e da economia. Este fato denuncia que o interesse maior dos empresários está na produção e com pensamentos no curto prazo, uma vez que o objetivo é financiar a produção, deixando um pouco de lado a modalidade aquisição de bens, que financia equipamentos para o crescimento da capacidade produtiva.

5 CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho foi analisar as taxas de captação, aplicação e spread bancário, assim como identificar o comportamento do volume de empréstimos em milhões de reais, ante as variações nas taxas de juros, em porcentagem ao ano, num período compreendido entre o primeiro trimestre de 1999 e o quarto trimestre de 2009. Para isso foram analisados dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil e IBGE, adaptados para séries em médias trimestrais. Todos os dados expostos foram deflacionados pelo índice de inflação IPCA.

Primeiramente buscou-se apresentar de que forma comportam-se as taxas de captação de recursos feitas pelos bancos, as taxas de aplicação desses recursos, assim como as taxas de spread bancário, que é a diferença entre as taxas de captação e a aplicação.

Posteriormente foram analisadas cada modalidade de empréstimos destinada à pessoa jurídica, relacionando taxas de juros e volume de empréstimos e, finalmente, foi demonstrada a participação percentual do volume de cada modalidade de empréstimos destinada à pessoa jurídica, em relação ao total de empréstimos destinados à pessoa jurídica

Os resultados apresentados pela análise demonstram que as taxas de captação oscilaram muito durante o período analisado, e nos momentos em que as taxas de inflação subiram, as taxas reais de captação apresentaram quedas acentuadas, como no final de 2002 e início de 2003. A partir de 2003 as taxas de inflação caíram, assim como as taxas de captação.

As taxas reais de aplicação, assim como as de captação tiveram oscilações no período analisado. Quando as taxas de inflação subiram, em 2003, as taxas de aplicação tiveram baixas. Mas a partir deste momento as taxas de aplicação tiveram uma seqüência de alta até ao final da análise.

O spread bancário, que é a diferença entre as taxas de captação e as de aplicação, também tiveram momentos de oscilações, porém desde o início até ao

final do período analisado, o spread esteve em alta, principalmente a partir do terceiro trimestre de 2008 até ao final de 2009. Outro aspecto detectado é que independentemente das oscilações das taxas de inflação, o spread, em termos reais e nominais, estão sempre próximos, não oscilam muito. Isso demonstra que a política de spread aplicada pelos bancos é bem definida. Também verificou-se que as taxas de captação caíram em um ritmo mais acentuado que as de aplicação, fazendo com que as taxas de spread tivessem essa elevação nos últimos anos.

A tabela de decomposição do spread, apresentou que a participação percentual dos custos administrativo, da inadimplência, dos custos de direcionamento, assim como dos encargos fiscais e dos custos com o fundo garantidor de crédito, tiveram reduções consideráveis. Somente nos impostos diretos é que houve um aumento na participação percentual.

Considerando a elevação do spread bancário, observada nos gráficos, tal elevação não é justificada, pois os principais determinantes da composição do spread tiveram baixas nas suas participações percentuais. Aliás, o componente margem líquida, em que está embutido o lucro líquido das instituições financeiras, vem tendo repetidas elevações na sua participação percentual. O total de queda apresentado pelo spread na nova metodologia soma-se 2,16%. Desta forma esperava-se que as taxas de spread acompanhassem essa tendência de queda, o que não se verificou. Ao contrário, houve significativos aumentos. Tendo como base o primeiro trimestre de 2000, no quarto trimestre de 2009 o spread chegou a crescer 48,28%.

A teoria afirma que os juros sobem quando há períodos de incertezas, de forma que o Banco Central eleva as taxas de juros Selic para controlar a inflação. Como a taxa Selic é o indexador das taxas que remuneram os títulos públicos, e em momentos de incerteza os bancos preferem investir nestes, pois os riscos são menores. Deste modo as taxas de juros de empréstimos tendem a elevar-se. Nos momentos em que as taxas de inflação estão caindo, como o apresentado neste estudo, a taxa Selic tende a cair. É o que aconteceu no período analisado. O curioso é que as taxas de juros de empréstimos caíram, como verificados nas análises das modalidades de empréstimos, mas como a inflação e os juros de captação caíram

de forma mais acentuada que os juros de aplicação, o spread aumentou. A explicação para tal comportamento do spread está no tipo de mercado em que as instituições financeiras brasileiras operam. Segundo CARVALHO (2006), o setor bancário brasileiro é altamente concentrado, opera em um mercado oligopolista, com grandes barreiras à entrada, cuja disputa não se dá via preços, mas pela diferenciação do produto, o que em partes, explica as altas taxas de spread.

Pelo fato da política monetária ter estabilizado a economia, as taxas de inflação baixarem, assim como as taxas de juros de empréstimos, mesmo não sendo em percentuais esperados, o volume de empréstimos apresentaram altas. Tendo como base o primeiro trimestre de 1999, no quarto trimestre de 2009 o volume de empréstimos à pessoa jurídica apresentou um aumento real de 214,39%. Este percentual poderia ser maior se as taxas de juros fossem reduzidas nas mesmas proporções que foram reduzidas as taxas de inflação e as de captação.

As análises feitas com as modalidades de empréstimos a respeito do comportamento do volume de empréstimos ante a variação nas taxas de juros verificou-se que, via de regra, quanto mais as taxas de juros reais baixavam, o volume de empréstimos aumentava. Em algumas modalidades como o vendor, hot money e desconto de promissórias, isso não se verificou. A explicação para este acontecimento está representado no gráfico 20, em que tais modalidades, por mais que baixaram suas taxas de juros, ainda continuam elevadas e foram substituídas por outras modalidades com as mesmas características e que se tornaram mais atrativas.

Em relação às pessoas jurídicas, este trabalho demonstrou que as mesmas estão mais preocupadas com os financiamentos de curto prazo, destinados as suas produções e o fluxo de caixa. A explicação para esse comentário está no volume percentual de empréstimos para este fim, pois alcançaram cerca de 75% do total. Os empréstimos de longo prazo, como os destinados a aquisição de bens, por mais que venha crescendo em volume, sua participação percentual tem caído nos últimos anos. Isso sugere que os investimentos em maquinários, equipamentos, infraestrutura, tecnologias, ampliação da capacidade produtiva, entre outros,

tiveram crescimento, porém ainda com uma participação pequena no percentual dos empréstimos à pessoal jurídica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Economia Bancária e Crédito. Disponível em: www.bcb.gov.br. Acesso em 18/04/2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório da economia bancária. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/spread/relatorio_economia_bancaria_credito2008.pdf. Acesso em 18/04/2010.

http://www.bcb.gov.br/pec/spread/port/rel_econ_ban_cred.pdf. Acesso em 18/04/2010.

http://www.bcb.gov.br/Pec/spread/port/relatorio_economia_bancaria_credito.pdf

<http://www.bcb.gov.br/ftp/jurospread112001.pdf>. Acesso em 18/04/2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Boletim do Banco Central, Relatório Mensal. Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/default.asp?id=bolitimhist&ano=1999>. Acesso em 18/04/2010.

<http://www.bcb.gov.br/default.asp?id=bolitimhist&ano=2000>. Acesso em 18/04/2010.

<http://www.bcb.gov.br/default.asp?id=bolitimhist&ano=2001>. Acesso em 18/04/2010.

<http://www.bcb.gov.br/default.asp?id=bolitimhist&ano=2002>. Acesso em 18/04/2010.

<http://www.bcb.gov.br/default.asp?id=bolitimhist&ano=2003>. Acesso em 18/04/2010.

<http://www.bcb.gov.br/default.asp?id=bolitimhist&ano=2004>. Acesso em 18/04/2010.

<http://www.bcb.gov.br/default.asp?id=bolitimhist&ano=2005>. Acesso em 18/04/2010.

<http://www.bcb.gov.br/default.asp?id=bolitimhist&ano=2006>. Acesso em 18/04/2010.

<http://www.bcb.gov.br/default.asp?id=bolitimhist&ano=2007>. Acesso em 18/04/2010.

<http://www.bcb.gov.br/default.asp?id=bolitimhist&ano=2008>. Acesso em 18/04/2010.

<http://www.bcb.gov.br/default.asp?id=bolitimhist&ano=2009>. Acesso em 18/04/2010.

<http://www.bcb.gov.br/?TXCREDMES>. Acesso em 17/04/2010.

CARVALHO, F. J. C. et al. **Economia monetária e Financeira: Teoria e Política**. Rio de Janeiro: 2ª Edição, Campus, 2006.

DE PAULA, F. L. **Teoria da Firma Bancária**. In DE PAULA, L. F.; LIMA, J. T; SICSU, J; (orgs). **Macroeconomia Moderna: Keynes e a economia contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro. Produtos e Serviços**. Rio de Janeiro: Qualymark, 2002. 15ª edição.

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro. Produtos e Serviços**. Rio de Janeiro: Qualymark, 2005. 16ª edição

FRIEDMAN, R. **O Custo de Intermediação Financeira no Brasil. Poder de Mercado e Desafios de Regulação** Jul. 2003. Disponível em: http://www.senado.gov.br/web/conleg/artigos_economia.htm. Acesso em 18/04/2010.

IPEA. www.ipea.gov.br/default.jsp. Acesso em 26/04/2010.

IBGE. Índice de preços ao consumidor. Disponível em:

FTP://ftp.ibge.gov.br/Precos.Indices_de_Precos_ao_consumidor/INPC/Fasciculo_Indicadores_IBGE/1998/em.ftp.ibge.gov.br. Acesso em 09/05/2010.

FTP://ftp.ibge.gov.br/Precos.Indices_de_Precos_ao_consumidor/INPC/Fasciculo_Indicadores_IBGE/1999/em.ftp.ibge.gov.br. Acesso em 09/05/2010.

FTP://ftp.ibge.gov.br/Precos.Indices_de_Precos_ao_consumidor/INPC/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2000/em.ftp.ibge.gov.br. Acesso em 09q05/2010.

FTP://ftp.ibge.gov.br/Precos.Indices_de_Precos_ao_consumidor/INPC/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2001/em.ftp.ibge.gov.br. Acesso em 09/05/2010.

FTP://ftp.ibge.gov.br/Precos.Indices_de_Precos_ao_consumidor/INPC/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2002/em.ftp.ibge.gov.br. Acesso em 09/05/2010.

FTP://ftp.ibge.gov.br/Precos.Indices_de_Precos_ao_consumidor/INPC/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2003/em.ftp.ibge.gov.br. Acesso em 09/05/2010.

FTP://ftp.ibge.gov.br/Precos.Indices_de_Precos_ao_consumidor/INPC/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2004/em.ftp.ibge.gov.br. Acesso em 09/05/2010.

FTP://ftp.ibge.gov.br/Precos.Indices_de_Precos_ao_consumidor/INPC/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2005/em.ftp.ibge.gov.br. Acesso em 09/05/2010.

FTP://ftp.ibge.gov.br/Precos.Indices_de_Precos_ao_consumidor/INPC/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2006/em.ftp.ibge.gov.br. Acesso em 09/05/2010.

FTP://ftp.ibge.gov.br/Precos.Indices_de_Precos_ao_consumidor/INPC/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2007/em.ftp.ibge.gov.br. Acesso em 09/05/2010.

FTP://ftp.ibge.gov.br/Precos.Indices_de_Precos_ao_consumidor/INPC/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2008/em.ftp.ibge.gov.br. Acesso em 09/05/2010.

FTP://ftp.ibge.gov.br/Precos.Indices_de_Precos_ao_consumidor/INPC/Fasciculo_Indicadores_IBGE/2009/em.ftp.ibge.gov.br. Acesso em 09/05/2010.

NAKAME, M. I. **Concorrência e Spread Bancário: Uma Revisão de Evidência para o Brasil.** Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pec/seminarioecobancre/port/vi%20-20%concorr%EAnCIA%204jsb.pdf>. Acesso em 10/05/2010.

OREIRO, J. L. et. AL. **Spread Bancário no Brasil: Determinantes e Proporções de Política** In: SICSU, J; PAULA, L. F; MICHEL, R. (orgs). **Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.